



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

BRUNA LETÍCIA JESUS DE LIMA

**O SENHOR É MEU PASTOR E TUDO ME FALTARÁ: CONFLITO RURAL
PELA PERMANÊNCIA NA TERRA EM LAGO DA PEDRA-MA (1981)**

BRASÍLIA

2022

BRUNA LETÍCIA JESUS DE LIMA

**O SENHOR É MEU PASTOR E TUDO ME FALTARÁ: CONFLITO RURAL
PELA PERMANÊNCIA NA TERRA EM LAGO DA PEDRA-MA (1981)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

Brasília

2022

TERMO DE APROVAÇÃO

BRUNA LETÍCIA JESUS DE LIMA

**O SENHOR É MEU PASTOR E TUDO ME FALTARÁ: CONFLITO RURAL PELA
PERMANÊNCIA NA TERRA EM LAGO DA PEDRA-MA (1981)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília
como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Brasília, ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról - Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a. Ione de Fátima Oliveira - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa - Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Dedico esta monografia, assim como os demais trabalhos de pesquisa que realizei, a minha avó, Luzinete Francisco da Silva, uma maranhense que desde muito cedo enfrentou as dificuldades sabor fel da vida. Logo na juventude dividiu o dia entre quebrar coco babaçu sob o sol escaldante do Maranhão e os estudos para realizar o sonho de ler e escrever. O orgulho que tenho em tê-la como avó me inspira a investigar os meandros da história maranhense, por entender que as afetividades fazem parte do processo de conhecimento. Portanto, aqui ofereço não apenas um trabalho de História, mas uma forma de compartilhar os personagens históricos que desde muito cedo habitaram as histórias contadas por Vovó Nete.

Entrar na Universidade de Brasília, mais do que um sonho, foi um objetivo de vida. Lembro de momentos da adolescência em que me pegava devaneando com as possibilidades de viver uma vida na universidade após ser aprovada. Os mais próximos sabem que este não foi um processo fácil, mas hoje olho para trás e, ao invés de devaneios, tenho memórias que guardarei com muito esmero.

Depois, agradeço ao meu orientador Luiz Paulo Noguerol por ter aceitado me orientar em um tema distante de sua área, mas nem por isso fez-se ausente. Fico feliz de poder concluir a graduação tendo-o como orientador, pois ao conhecê-lo, tomei-o como inspiração.

A pesquisa também não teria sido concluída sem o auxílio da Irmã Raquel Silva, que me recebeu na Cúria Diocesana de Bacabal com muita receptividade e me deu acesso a documentos e obras elementares para a execução desta monografia.

Chegar até aqui não seria possível sem o apoio de minha família, por isso agradeço aos meus pais, Antonio Feitoza de Lima e Valdeires Jesus de Lima, por me educarem de forma amorosa e presente, sem as amarras que uma convivência autoritária pode construir. Além disso, agradeço a minha irmã Cecília, que todo dia me proporciona risadas e me ensina os prazeres do amor fraterno. Ter você como irmã foi o maior presente que poderia e posso ter.

Aos amigos, agradeço por terem vivido comigo uma saudável boêmia. Assim, apesar das pessoas passageiras, há aqueles que ficam, por isso reservo este espaço para

agradecer nominalmente a algumas pessoas. Primeiro, à minha amiga Dominique, a quem peço desculpas pelas ausências e agradeço pela escuta atenta até mesmo às questões mais levianas. A minha amiga Maria Luiza, por se manter perto mesmo a 16 695 km de distância, e Ana Paula, por ser uma amiga de alma calorosa e presença mística. Resta agora agradecer aos colegas de curso que se tornaram amigos de vida, por isso registro aqui os agradecimentos ao querido e às queridas: Ana Heloisa, Beatriz, Gabriela, Bruna, Rodrigo, Thaianne e Carol. Compartilhar ideias e angústias com vocês tornou a graduação mais serena, por isso os guardo no peito.

Por fim, encontro imensa alegria por me formar no curso de História com um trabalho sobre a questão rural no Brasil, ou pelo menos um fragmento. A defesa da Reforma Agrária, para além do fetiche à economia, deve ser uma prioridade social, para evitar os massacres diários no campo que ceifam a vida de trabalhadores rurais e, conforme enriquece o bolso de latifundiários, degrada o meio ambiente aniquilando a imensa diversidade de fauna e flora do nosso país.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar um conflito rural no povoado Alto Alegre, pertencente ao município Lago da Pedra, no interior do Maranhão, em 1981. Para tanto, será utilizado um dossiê produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), após as denúncias de um bispo católico, Dom Pascásio Rettler, atuante da Diocese de Bacabal/MA, e preocupado com a intensificação dos conflitos promovidos por um líder político local, W.J.. Assim, ao perceber a influência da Igreja como mediadora e portavoz dos conflitos, será analisada sua importância para o contexto social atravessado pelo regime autoritário proporcionado pela Ditadura Militar, ocorrida entre 1964 e 1985.

Palavras-chave: conflitos rurais; Igreja Católica; Ditadura Militar; Maranhão.

ABSTRACT

This monograph analyzes some rural conflicts occurred in the village of Alto Alegre, belonging to the municipality of Lago da Pedra, Maranhão, in 1981. For this, it will be utilized a dossier from the "Serviço Nacional de Informações" (SNI) done after the complaints of the catholic bishop, Dom Pascásio Rettler, of the Diocese of Bacabal, worried by the intensification of the conflicts promoted by a local political leader, W.J.. Thus, the influence of the Catholic Church as a mediator and spokesperson of the rural workers will be analyzed by its importance in the social context of the authoritarian regime provided by the Military Dictatorship, between 1964 and 1985.

Key-Words: rural conflicts; Catholic Church; Military Dictatorship; Maranhão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. “Conflito entre posseiros e serviçais no município de Lago da Pedra/MA e na área da Diocese de Bacabal /MA”	11
1.1. “Atuação da esquerda clerical da Diocese de Bacabal/MA - D. Pascásio Rettler”: O conflito segundo a perspectiva do Serviço Nacional de Informações	12
1.2. A perspectiva da Secretária de Segurança Pública do Maranhão	16
1.3. A defesa da Assistência Jurídica dos Lavradores	19
2. O Médio Mearim em chamas: os casos de Aldeia e Pau Santo no interior do Maranhão	23
2.1. Aldeia	24
2.2. Pau Santo	27
2.3. Alto Alegre, 1981	28
3. A Igreja Católica brasileira e a questão social na Ditadura Militar	32
3.1. Um novo olhar para os fiéis	33
3.2. A chegada dos franciscanos em Bacabal e a formação da Diocese	42
3.3. “Ide e ensinai”: Dom Pascásio Rettler e a Fraternidade São José	43
4. A Ditadura Militar brasileira e os conflitos rurais	52
4.1. Nos antecedentes, um debate germina	52
4.2. Depois do golpe, a reforma agrária em prática	57
4.3. De volta ao Maranhão	61
CONCLUSÃO	65
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	66

INTRODUÇÃO

Em setembro de 1981 chega ao Palácio do Planalto um senhor de 66 anos de idade e aparência simples, a fim de encontrar-se com o então Ministro da Casa Civil, João Leitão de Abreu. No encontro, ao começar a falar, o sotaque não deixa enganar as origens alemãs do homem idoso, que relata os violentos conflitos na microrregião do Médio Mearim, no Maranhão, local onde também é bispo. Trata-se aqui do bispo católico Dom Pascásio Rettler, que atuava na Diocese de Bacabal.

A cena se relaciona a um dos muitos conflitos que assolaram o interior do Maranhão, ceifando a vida de muitos posseiros e pistoleiros sob ordens de importantes fazendeiros locais, que disputaram de forma intensa as vastas terras férteis disponíveis no estado. A violenta situação passou a fazer parte do cotidiano de uma Missão Franciscana originária da Saxônia, Alemanha, que acabaria levando o jovem Frei Dom Pascásio Rettler, ao chegar em Bacabal no ano de 1968, tornar-se bispo da nascente Diocese.

Inspirados pela preocupação social, o bispo e os demais freis da região passaram a atuar em defesa dos lavradores, de modo a ofertar assistência jurídica e acolher aqueles mais afetados pelas investidas dos fazendeiros locais. Para além do auxílio direto aos fiéis, aproveitando-se de uma ascendente influência política de Dom Pascásio Rettler, as cizânias foram denunciadas ao governo federal pessoalmente pelo bispo, que exigia uma urgente intervenção.

A preocupação, no entanto, não era fruto de uma inspiração particular dos religiosos. Os anos 1960 demarcam um período de reformas no seio da Igreja Católica, que colocaram em questão a relação com os fiéis. Trata-se aqui dos reflexos do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, cujas resoluções impactaram de forma profunda o clero mundial, inclusive o latino-americano, que ao reconhecerem na região um poço de desigualdade, começam a questionar qual seria o papel da Igreja naquele contexto.

Já no Brasil, o cenário nacional, em contrapartida, não poderia ser mais peculiar. O medo do perigo vermelho impulsionou as Forças Armadas ao poder no Brasil, em 1964, por meio de um golpe que retirou João Goulart do poder alegando reorganizar o país para assim retornar o poder às mãos civis. Assim, inspirados por um projeto nacional-desenvolvimentista, debruçaram-se em uma suposta tentativa de recuperação da ordem no país com os objetivos de estabilizar a economia brasileira, recuperar o crescimento

econômico e combater a corrupção, por meio de sucessivos governos que se estenderam até 1985.

Nesse contexto, a questão da reforma agrária, herdeira da política de João Goulart, que pretendia realizar as reformas de base, se estabelece como uma pauta a ser tratada pelos presidentes fardados. Com isso, logo no primeiro ano do governo, Humberto Castelo Branco decreta o Estatuto da Terra, incendiando conflitos no interior do país ao estabelecer um entendimento de política agrária baseada em uma perspectiva autoritária e tecnocrata, que ao fim visava o desenvolvimento com uma preocupação social mínima.

Assim, com base em um dossiê produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), motivado pelas denúncias de Dom Pascásio Rettler ao Ministro da Casa Civil, este trabalho buscará analisar as diferentes versões sobre um conflito ocorrido no povoado de Alto Alegre, pertencente ao município de Lago da Pedra, no Maranhão. Para tanto, além de nos centrarmos primeiro no desmembramento das partes componentes do dossiê, serão tratados dois conflitos havidos em povoados próximos ao objeto desse estudo, Aldeia e Pau Santo.

Depois, devido à influência da Igreja Católica na questão agrária no Maranhão, esse estudo refletirá sobre as mudanças ocorridas em seu seio nos anos 1960 e sobre o grupo de clérigos alemães que pousaram nas longínquas terras maranhenses. Por fim, com a finalidade de localizar o conflito dentro do contexto histórico brasileiro, o último capítulo será dedicado a tratar da Ditadura Militar e da necessidade de resolver uma pauta que tomara fôlego com a Revolução Cubana e com os conflitos rurais no interior do país: a reforma agrária.

1. “CONFLITO ENTRE POSSEIROS E SERVIÇAIS NO MUNICÍPIO DE LAGO DA PEDRA/MA E NA ÁREA DA DIOCESE DE BACABAL /MA”¹

Antes de iniciar a análise sobre o conflito, faz-se mister entender os objetivos de produção do documento aqui utilizado como fonte histórica, em razão da organização em formato de dossiê. A série de documentos que o compõe conta com um memorando redigido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e, em anexo, com um relatório produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SEGUP/MA) e, por fim, pela defesa formal dos lavradores, apresentada pela advogada Conceição de Maria Carvalho de Andrade e pelo advogado João Batista Macedo Sandes, contratados pela Diocese de Bacabal. O dossiê responde às denúncias de Dom Pascásio Rettler, que visitou pessoalmente o Ministro Chefe da Casa Civil em setembro de 1981, a fim de tratar dos conflitos por terra em curso na região onde era bispo, citando os casos de Alto Alegre e Lago da Pedra, cuja ênfase é maior, além dos povoados: Unha de Gato, Centro do José Machado, Centro José Leal, Guaribas e São José. O clérigo acusava W.J.², liderança política de Lago da Pedra, de ameaçar os moradores do povoado de Alto Alegre e de afirmar ser o proprietário das terras disputadas com os lavradores.

Assim, a fim de apurar os acontecimentos, a SEGUP/MA produziu um relatório e o encaminhou ao Ministério da Casa Civil, que o destinou ao SNI. Vale pontuar que o objeto da apuração não se destinava a intervir de forma repressiva, mas sim produzir informações, principal função do órgão pertencente ao Sistema Nacional de Informações (Sisni)³. Além disso, entende-se que o relatório não foi suficiente para a promoção da justiça no caso, pois em um outro documento confidencial produzido pelo SNI em 1988, a fim de indicar os antecedentes de W.J., lê-se:

O nominado, conforme o exposto no ACE nº 921/81, encontra-se envolvido em disputa de terras no povoado de ALTO ALEGRE, no município de LAGO DA PEDRA/MA, não havendo até a presente data qualquer decisão por parte da Justiça.⁴

¹ O título se refere ao assunto designado na documentação utilizada, localizada na referência: BR-DFANBSB-V8.MIC, GNC.AAA.81021317 - Dossiê, possível através da consulta no sítio: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/pagina_inicial.asp>

² Optou-se por não utilizar o nome do líder político e de sua família, a fim de preservar as identidades.

³ Segundo Carlos Fico, a distinção é importante, porque ao não ser feita confunde e considera o SNI um órgão repressivo ou de segurança, quando na verdade se destina a produzir informação. As funções de segurança são atribuições do Codi-DOI. Ver: FICO, 2010. In. FERREIRA; DELGADO, 2010.

⁴ BR.DFANBSB.V8.MIC, GNC.QQQ.88004257 - Dossiê

De todo modo, faz bem ponderar que as três narrativas apresentadas a seguir são versões do acontecido, construídas por meio das diferentes perspectivas adotadas por aqueles que as escreveram. O ofício do locutor, no entanto, carrega alguns preceitos, como por exemplo a tentativa de reivindicar a versão oficial, presente principalmente na versão do SNI, que ocupa uma posição de *outsider* por estar distante do ocorrido. Já da versão da SEGUP/MA, afluem elementos que transparecem um favorecimento ao próprio W.J., pois o líder político é distanciado dos eventos e entendido como vítima, enquanto a postura ativa, no sentido de arquitetar o conflito e incentivar o uso da violência, é atribuída aos próprios clérigos. Por último, a defesa realizada pela advogada Conceição de Maria Carvalho de Andrade valeu-se de uma linguagem jurídica para defender os lavradores, enfatizando pontos como a violência realizada pelos prepostos de W.J. e pela ação da polícia, contrária aos lavradores e seus familiares, agravada por vitimar um jovem menor de idade, um idoso de 75 anos e uma mulher grávida.

1.1. “Atuação da esquerda clerical da Diocese de Bacabal/MA - D. Pascásio Rettler”: O conflito segundo a perspectiva do Serviço Nacional de Informações

O documento produzido pelo SNI, encaminhado no dia 30 de outubro de 1981, se inicia declarando a motivação para a sua produção. Aponta-se que o bispo Dom Pascásio Rettler compareceu a Brasília a fim de denunciar os conflitos rurais ocorridos na área da Diocese de Bacabal, sob sua tutela. A partir disso, o documento narra os eventos ocorridos nas regiões, com principal ênfase em Lago da Pedra e Alto Alegre. Por este motivo, o presente escrito também enfocará tal conflito porque ele foi analisado pelas três versões mencionadas reconhecendo que ele não se compara aos conflitos na região de Aldeia e Santa Luzia, que tiveram repercussão nacional na época pela violência.

Logo no início das conclusões sobre o conflito, considera-se o direito legal de W.J. sobre as terras, cerne do conflito. Foram encontrados documentos comprobatórios no Livro nº 374 do Cartório Celso Coutinho, localizado em São Luís, na Avenida Beira Mar, nos quais consta a venda da propriedade por W.S. e sua esposa, correspondendo a 1004 ha (um mil e quatro hectares). Para além destas, também se reconhece que W.J. adquiriu

mais 984 ha (novecentos e oitenta e quatro hectares) de terra, cedidas pelo mesmo vendedor.

Não obstante, percebe-se que o documento reconhece parte dos envolvidos no conflito, apontando que os “rurícolas” recebiam “total apoio” da Diocese de Bacabal, principalmente dos Freis Godofredo Bamerciki⁵ e Heriberto Ramaberck⁶. A comprovação do apoio ainda se deu por meio do apontamento da ação dos advogados representantes da Diocese, que logo após o ocorrido entraram com uma Ação de Manutenção de Posse exatamente por entenderem que as áreas adquiridas na negociação ultrapassavam a parcela comprada de W.S..

Neste ponto do documento é interessante notar que se reconhece o poder político e econômico de W.J. na região, atrelado ao cargo político ocupado por sua esposa, prefeita de Lago da Pedra. De forma inequívoca, podemos inferir que a associação atravessada por laços pessoais concede uma posição privilegiada ao fazendeiro, cujo prestígio é importante para entender a legitimidade da família na região. Cabe aqui dizer algo sobre a história política recente do município.

À época do conflito, como já mencionado, a esposa do líder político era prefeita. O mandato, no entanto, não se limitou apenas a esta eleição, pois já havia ocupado o cargo entre os anos de 1970-1972, e depois do ocorrido, entre 1997-2000, sendo reeleita e estendendo o mandato até 2004. Além disso, os filhos do líder político também foram prefeitos da região.

Com esses dados, percebe-se que os atos atribuídos a W.J. não foram suficientes para atrapalhar a família de estabelecer-se como uma força política predominante em Lago da Pedra.

O conflito relatado pelo SNI se inicia quando o líder político deu continuidade à utilização das terras desejadas, ordenando aos seus subordinados atear fogo nas capoeiras atrás das casas dos lavradores, construídas em taipa⁷ e palha, ou seja, materiais inflamáveis.

⁵ Na fonte utilizada, o nome do frei é grafado desta forma, Godofredo Bamerciki. Porém, deve-se pontuar, que em outros escritos, como no livro escrito por Frei Eurico Löher (2009), *Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007*, o religioso é designado como: Godofredo Bauerdick. Por aqui o foco ser o documento produzido pelo SNI, daremos preferência às nomeclaturas utilizadas na fonte.

⁶ Igual ao caso anterior, no livro de Löher (2009), o nome do religioso é grafado de forma distinta: Heriberto Rembecki.

⁷ Taipa é um tipo de argila utilizada para estruturar as casas.

A ênfase do relato do SNI, apesar das denúncias contra W.J., se volta para o envolvimento dos frades alemães no conflito, que supostamente buscavam conscientizar os lavradores - camponeses, segundo a fonte⁸ -, a fim de incentivá-los a confrontar o acusado. Para confirmar a tese, os clérigos são acusados de arquitetar o ataque de um povoado próximo, o Lago da Cabaça. Ao descrever o conflito, menciona-se a construção de um alojamento de palha para receber lavradores de outras regiões que participariam do ataque mencionado, já armados com espingardas calibre 20 e 12.

Nas cercanias do conflito em Lago da Cabaça instaurou-se um clima de tensão, resultando na tragédia de dois lavradores baleados. Ao concluir o relato do conflito havido na localidade adjacente a Lago da Pedra, chama a atenção a seguinte frase: “O confronto foi planejado por Heribert Ramaberck e Godofredo Bamerciki, que, todavia, não foram vistos por ocasião do incidente”⁹.

É interessante perceber que os acontecimentos de Lago da Cabaça apenas se relacionam com o conflito de Lago da Pedra pela construção de um alojamento de palha que serviria de abrigo para lavradores supostamente armados. Entende-se que as razões para tal construção foram distorcidas para defender um argumento central e caro à Comunidade de Inteligência da época: demonstrar “a atuação da esquerda clerical na Diocese de Bacabal/MA”, que inclusive denomina o assunto do relatório.

O relatório do SNI, então, neste momento vale-se das conclusões do relatório da sindicância instaurada pela própria Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, abordado adiante. De todo forma, após transitar pelos conflitos dos demais povoados, o memorando do SNI conclui traçando um perfil dos clérigos relacionados aos conflitos, Dom Pascásio Rettler, Godofredo Bamerciki e Heriberto Ramaberck.

Quanto ao bispo, que possui uma biografia mais robusta, para além das informações relativas a seu país de origem e a chegada ao Brasil, ressalta-se a identificação do envolvimento de Dom Pascásio com manifestos de teor progressista emitidos pela Igreja. Primeiramente, cita-se a assinatura no escrito “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo”, de 1973, organizado por Dom Helder Câmara, constantemente vítima das perseguições

⁸ Ao longo do dossiê, deve-se pontuar, os lavradores são referidos de diferentes formas: lavradores, rurícolas, trabalhadores rurais, posseiros e, por fim, camponeses. Aqui, por uma tentativa de padronizar e tornar o trabalho mais didático, serão utilizadas, quando se referir a este documento, apenas como "lavradores".

⁹ BR.DFANBSB.V8.MIC, GNC.QQQ.88004257 - Dossiê, p. 6.

realizadas pela ditadura militar. Afirma-se, também, haver participado, junto com os demais bispos do Maranhão da produção de uma nota emitida pela Comissão Episcopal I, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1979, na qual posicionava-se contra a prisão dos padres José Antônio Magalhães Monteiro e Xavier Gilles.

Junto aos bispos do Maranhão, Dom Pascásio também assinou a carta destinada ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a fim de elucidar alguns aspectos que caracterizavam o meio rural maranhense, com ênfase no sentimento geral de insegurança da população. Depois, o religioso foi acusado de aproveitar-se das dificuldades dos lavradores para incentivá-los a lutar “pela libertação, por meio da solidariedade e orientação para uma possível ‘defesa armada’”¹⁰. Por mais que pareça contraditório a condenação à busca pela libertação, entende-se aqui a associação com a teologia da libertação que circulava em alguns círculos da Igreja Católica latino-americana, e não com a ideia de liberdade defendida por teóricos da modernidade ou do nascente neoliberalismo.

O ponto é suficiente para atrelá-lo à corrente da Igreja engajada com o povo como agente da própria libertação, por meio da exigência aos governos da resolução dos problemas sociais. Por fim, menciona-se uma visita do bispo ao Gabinete de Golbery do Couto e Silva, um ideólogo relevante da ditadura militar brasileira, apresentando um comprovante da visita para obter prestígio perante os fiéis, em Bacabal.

De fato, Dom Pascásio adquiriu prestígio na região em que atuava como alguém capaz de acessar os círculos de poder e negociar a resolução dos conflitos regionais. No entanto, ao invés de suspeitarem da influência, as vítimas das violências rurais encontravam no bispo uma possibilidade de mediação e resolução dos confrontos em curso.

Depois, o alvo das acusações é Godofredo Bamerciki, cujo excerto é diminuto comparado ao do bispo. Sem apresentar informações relativas a seu percurso, o frei é acusado de estimular a oposição ao governo, valendo-se da ênfase dada aos aspectos negativos da questão fundiária, habitacional e educacional. Deve-se pontuar que o padre, durante sua atuação em Lago da Pedra, se dedicou à Educação, construindo um centro educacional que leva seu nome.

¹⁰ *Ibidem*, p. 11.

Por último, frei Heribert Ramaberck é definido no parágrafo mais sintético dos três, descrito como: “Integrante do clero ‘progressista’, desenvolve uma ação de inspiração marxista, voltada para os assuntos relacionado com a problemática fundiária”¹¹.

Portanto, percebe-se aqui a construção de uma conclusão sobre os conflitos que os associa à atuação dos religiosos em vez de vinculá-los à ação predatória e às pretensões latifundiárias por parte de W.J.. Por isso mesmo, é possível inferir que ao relacionar a ação católica com a posição de esquerda, inviabilizou-se a investigação das denúncias realizadas pelo bispo.

1.2. A perspectiva da Secretária de Segurança Pública do Maranhão

Em seguida à denúncia de Dom Pascásio Rettler a João Leitão de Abreu, requereu-se do governador do Maranhão, João Castelo Ribeiro Gonçalves, uma averiguação do caso motivador da visita do clérigo a Brasília. Ao atender à demanda, o Secretário de Segurança Pública do Maranhão, Raimundo Ferreira Marques, determina ao Diretor Regional de Segurança de Bacabal, José Ribamar Silva, que investigue o assunto e vá até o local do conflito, Lago da Pedra, zona dentro de seu perímetro de atuação. Para além disso, o próprio Ferreira Marques se desloca até o município, a fim de “inteirar-se de todos os fatos”¹².

O documento sob análise, deve-se mencionar, está rasurado com marcações a lápis e de marca-texto nos trechos que foram copiados para o relatório da SNI, permitindo vislumbrar os recortes realizados para serem utilizados na versão do órgão de inteligência. Assim, o primeiro excerto do relatório da SEGUP/MA conclui que não ficou comprovado o confronto armado entre lavradores e serviçais¹³. “*O que houve*”¹⁴ foi uma emboscada destinada aos subordinados de W.J., arquitetada por alguém com interesses nos conflitos. A designação indeterminada dos interessados, no entanto, é seguida pela consideração dos lavradores como os responsáveis pelos tiros nos serviçais, supostas vítimas do ataque.

Posteriormente, a arguição é destinada aos policiais envolvidos no inquérito, que foram acusados de agir de forma truculenta e de submeter os lavradores a agressões

¹¹ *Ibidem*, p. 12.

¹² *Ibidem*, p. 14.

¹³ Os referidos “serviçais” são homens sob ordens de W.J..

¹⁴ BR-DFANBSB-V8.MIC, GNC.AAA.81021317 - Dossiê, p. 14.

físicas. É curioso perceber o modo como os recursos narrativos são utilizados ora para livrar os agentes de segurança pública, ora para apontar os lavradores como os verdadeiros algozes no conflito.

Neste sentido, primeiro se realiza o reconhecimento de que a operação foi colocada em prática para aplicar detenções, sem que com isso tenham sido realizadas "extravagâncias"¹⁵, pois não foram provados espancamentos por parte da polícia, argumento que se entende aqui como defesa contra as acusações apresentadas pelos advogados dos lavradores. Após, no entanto, como se adotasse uma lógica ondulatória, o redator aponta: "É possível que os policiais tenham utilizado metodologia inadequada nas suas investigações visando descobrir as armas [...]"¹⁶. Nota-se, então, que o ato de admitir falhas por parte dos policiais é utilizado para justificar os fins, ou seja, encontrar provas contra os verdadeiros culpados. Completa-se, assim, a lógica do discurso apresentado, no qual as metodologias inadequadas teriam servido para encontrar armas de fogo escondidas e sob posse ilegal, assim como munições abastecidas com substâncias capazes de causar danos maiores do que o chumbo de grosso calibre.

Para além das acusações de tratamento violento para com os lavradores, entende-se também que os policiais foram acusados de atender a demandas privadas de W.J., auxiliando no plantio de capim ou, senão, no auxílio para a plantação ocorrer. O relator conclui que não foi provado o uso dos funcionários públicos para fins privados, pois a análise dos interrogatórios teria apresentado várias contradições da parte dos lavradores, incluindo a incompatibilidade entre a real cor da farda dos policiais e a mencionada pelos lavradores.

A defesa dos acusados por Dom Pascásio é concluída com a indicação de não terem sido encontrados pistoleiros incriminados de participar dos confrontos. Percebe-se que há um esforço para defender as partes supostamente às ordens de W.J., contribuindo, ao fim, para inocentá-lo.

Destarte, após os seguidos parágrafos dedicados a defender os policiais, o relatório volta-se a compor o outro lado da narrativa construída, isto é, a suposta participação da esquerda clerical. Para tanto, o secretário, que adota aqui a primeira pessoa para enfatizar a dedicação pessoal, revela ter interrogado por duas horas os Freis Heriberto e Godofredo,

¹⁵ *Ibidem*, p. 15.

¹⁶ *Ibidem*, p. 15.

acompanhados da advogada Conceição de Maria Carvalho Andrade, contratada pela Diocese de Bacabal.

Os freis, de início, são acusados de não esconder a “oposição ao sistema e ao regime vigentes”, trecho este destacado com marca-texto e ressaltado com riscos de caneta ao lado do parágrafo. Deve-se pontuar que o texto mencionado foi ressaltado mais do que os demais, indicando a importância para a posterior utilização pelas instâncias superiores.

A partir de então, o redator dedica-se a construir uma narrativa que atrela a mencionada oposição à ditadura e o comprometimento com a defesa dos pobres como meios para desvirtuar os lavradores, que são considerados incapazes de interpretar os textos legais e de compreender a realidade que os cerca. É curioso perceber que o entendimento do lavrador, pelo autor do relatório, é baseado em estigmatizações presentes na representação do homem ligado ao meio rural, que é entendido como ingênuo e incapaz de analisar a realidade com a sagacidade necessária. Por outro lado, ao reconhecer a posição preconceituosa do redator, não se deve pressupor que a Igreja agia motivada apenas por motivos altruístas, negligenciando as pretensões universalistas da instituição.

Ao dar continuidade ao relatório, os freis são acusados de doutrinarem os lavradores sobre como agir a respeito dos conflitos fundiários e de negligenciarem os deveres dos padres, notadamente o de pregarem a paz e serem contrários a que se fizesse justiça com as próprias mãos. Segundo o relatório, com tal negligência, os religiosos encontrariam “uma espécie de satisfação íntima” com os conflitos violentos supostamente protagonizados pelos lavradores.

Por fim, como para comprovar a rejeição da sociedade local ao envolvimento dos religiosos nos conflitos fundiários, o secretário relata ter-se encontrado com representantes dos Sindicatos de Lavradores e de Proprietários de Lago da Pedra, ocasião em que:

Apelos dramáticos foram dirigidos a este Secretário por parte de todos quantos participaram da reunião, e as acusações aos religiosos se manifestaram de forma unânime, todos atribuindo aos mesmos a culpa pelo que vem acontecendo no município de Lago da Pedra e adjacências.¹⁷

¹⁷ *Ibidem*, p. 17.

É interessante pontuar que estes sindicatos aparentam estar muito mais alinhados com uma oposição à presença dos religiosos do que a favor da resolução do conflito rural ali vigente. A posição leva a crer numa influência do próprio W.J., como já visto, oposto à presença dos freis alemães e acumulador de influência política e econômica.

Por fim, a análise do documento permite vislumbrar a existência de uma disputa entre os próprios lavradores quanto ao controle e ocupação de suas terras, visto que, ao perceberem W.J. como parte das disputas políticas da região, pode-se inferir que houve um desejo pela pacificação dos embates envolvendo o nome de sua família. Mas também, por outro lado, a Igreja entra aqui para disputar os fiéis, embora o almejado pela instalação da doutrina franciscana no interior do Maranhão não sublima os preceitos atrelados à instituição, voltada para a preferência aos pobres.

1.3. A defesa da Assistência Jurídica dos Lavradores

A terceira parte do dossiê, que o completa, é um relatório produzido pela Assessoria Jurídica dos Lavradores (AJULAV), um escritório associado à Diocese de Bacabal, representado pelos advogados João Batista Macedo Sandes e por Conceição de Maria Carvalho de Andrade, embora apenas esta última assine o documento apresentado. A organização, cabe mencionar, representava os lavradores pobre acometidos com as violências dos ricos proprietários, que eram representados pelo sindicato há pouco mencionado. Este, por sua vez, adota um tom de defesa dos lavradores, apresentando pontos que destoam da narrativa apresentada pelas duas instâncias governamentais.

De início, o preâmbulo aponta o objeto ao qual se refere: o conflito entre lavradores e pistoleiros no povoado de “Alto Alegre”. É curioso perceber que há uma demarcação dos algozes, neste caso os pistoleiros, distinguindo das análises anteriores, que tomavam como culpados os religiosos. A mudança de perspectiva justifica-se exatamente pelo fato de os advogados serem atrelados à Diocese acusada de incentivar os conflitos e, também, financiados pela MISEREOR¹⁸.

¹⁸ A MISEREOR é uma organização alemã e cristã com objetivo de financiar projetos a fim de ajudar os considerados mais fracos da sociedade, tais como pobres, doentes e familiares. Para tanto, vale-se de doações privadas e públicas. As informações foram adquiridas no sítio: <<https://www.misereor.org/pt/sobre-nos>>. Acesso realizado em 10 set. de 2022.

Destarte, após demarcar “FATO:”¹⁹, palavra que carrega consigo a pretensão de enunciar verdades, Conceição de Maria Carvalho de Andrade aponta que no dia 6 de outubro de 1981, logo pela manhã, um empreiteiro e dois pistoleiros sob ordens de W.J. chegaram ao povoado de Alto Alegre. Os enviados foram lá a fim de continuar a semeadura de capim no local em que residem os lavradores. Não obstante, os prepostos ignoraram a presença de avisos colocados pelos moradores, em que alegavam a existência de ação possessória e exigindo o respeito aos seus direitos.

Em decorrência da situação, às 9 horas da manhã foram encaminhados para Lago da Pedra policiais de Bacabal e do Quartel de Polícia de Livramento. Da cidade seguiram para Alto Alegre, onde realizaram a prisão de dois lavradores²⁰ que não estavam envolvidos no conflito, pois ainda estavam em casa e se preparando para ir à roça quando ocorreu. Não sendo suficiente, os policiais seguiram para o local onde se realizava a roça e prenderam mais oito trabalhadores sob suspeita de estarem envolvidos com o conflito, apreendendo também as espingardas e os instrumentos de trabalho.

Passados dois dias do ocorrido, ou seja, no dia 8, os advogados, Andrade e Sandes foram até Alto Alegre para averiguar os acontecimentos e, posteriormente, seguiram para a delegacia de Lago da Pedra, para assim saber quais lavradores continuavam presos. Lá souberam que os apreendidos foram interrogados sem a presença dos advogados, além de ser apontado pela advogada a infração de terem sido presos sem flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente.

Com base nos relatos dos moradores do povoado, Andrade enriquece seus argumentos com elementos que compõem uma imagem maniqueísta do conflito. Neste sentido, aponta-se que no dia do ataque, os policiais estavam acompanhados do preposto de W.J., dando seqüência a uma sucessão de violências, tal como manter os lavradores de joelhos, ameaçando-os de morte e valendo-se de práticas humilhantes como colocar uma foice contra o pescoço de um suspeito e bater contra a face de outro, ameaçando todas as vítimas com armas, inclusive de alto calibre, como metralhadora.

O relato geral *de per se* já carrega consigo elementos torpes, porém é através dos adendos apresentados pela advogada que se garante o vislumbre das reações

¹⁹ BR.DFANBSB.V8.MIC, GNC.QQQ.88004257 - Dossiê, p. 19.

²⁰ No documento são mencionados os nomes dos lavradores apreendidos, porém optou-se por não mencioná-los aqui para preservar a identidade das vítimas.

desproporcionais realizadas pelos policiais. Assim, entre as vítimas encontrava-se uma senhora grávida, enfileirada junto aos mencionados lavradores. Além disso, um idoso de setenta e cinco anos foi apreendido e teve seus filhos ameaçados, inclusive um menor de idade, ao qual voltou-se um dos soldados com um galho cheio de espinhos prometendo dar-lhe uma “*surra*”²¹. Acrescenta-se, ainda, que o objeto se encontrava no escritório dos advogados e o rapaz denunciou o ocorrido na delegacia, com a presença da advogada, do delegado e do próprio soldado algoz, que não se defendeu, apenas abaixou a cabeça.

Enfatiza-se assim a associação entre os policiais e o líder político, que para além de participar da ação repressiva contra os lavradores e seus familiares, ainda auxiliaram no plantio de capim. A função dos agentes de segurança pública no conflito, pode-se entender, foi além dos deveres legais, não estando ali para realizar a proteção da sociedade, mas sim para atuarem como jagunços, por atenderem os interesses do líder político local.

Após, a advogada esclarece qual era a finalidade do alojamento mencionado pelos políticos, tido como um abrigo para os lavradores que iriam atacar o Lago da Cabaça. A construção seria destinada a abrigar, de fato, trabalhadores, porém não para organizar ataques, mas sim para organizar um mutirão para a plantação de roças, frente o rápido avanço da semeadura de capim a fim de certificar a posse.

Não obstante, diante da ofensiva latente, instaurou-se entre os lavradores um clima de tensão associado não às ameaças e violências sofridas, mas sim pela continuidade da presença dos pistoleiros na região. Eles permaneceram armados e a acometer as pessoas com ameaças, contando com a conivência da polícia, que parecia mais aceitá-los, do que prestar a função legal de prover segurança para a sociedade.

Finalizado o dossiê, ao confrontar as versões apresentadas emergem as contradições latentes, em especial entre este último relatório e as narrativas produzidas pelo SNI e pela SEGUP-MA. Portanto, apesar do documento oferecer elementos acerca dos conflitos, torna-se difícil determinar qual das versões é a verdadeira, por isso faz-se mister inserirmos o caso de Alto Alegre dentro do contexto local e para isso realizarmos um exercício comparativo.

²¹ Termo coloquial e regional utilizado para se referir a agressões braçais contra outrem.

2. O MÉDIO MEARIM EM CHAMAS: OS CASOS DE ALDEIA E PAU SANTO NO INTERIOR DO MARANHÃO

Antes de nos debruçarmos sobre as regiões selecionadas, faz-se mister dispormos de um aparato contextual. Para tanto, voltar-se-á à região do Médio Mearim²², que antes de apresentar-se como uma região densamente povoada ou palco para os violentos conflitos tratados aqui, passou por um processo gradual de ocupação.

Neste sentido, no fim do século XIX iniciou-se um processo de ocupação ainda muito tímido, que com base em Viviane de Oliveira Barbosa²³ deu-se através dos movimentos populacionais estimulados pela proibição da escravidão, consolidada oficialmente em 1888 pela Lei nº 3.353, conhecida como Lei Áurea. Assim, as famílias consideradas tradicionais da região abandonaram suas moradias e criou-se um ambiente favorável à movimentação das pessoas negras libertas.

De todo modo, segundo Jaciara Frazão²⁴, as migrações iniciadas durante o século XIX se estenderam até os anos 1920, ganhando um novo fôlego nos anos 1950, no qual se assiste um grande fluxo de nordestinos oriundos do Ceará e Piauí. A nova onda migratória é justificada pela seca que acometeu a região em 1958, que causou um estado de calamidade pública de projeções nacionais e obrigou a população, para não morrer de fome, a procurar um novo local para se instalar. Neste contexto, o Médio Mearim passa a ser constituído no imaginário social como um verdadeiro *eldorado*²⁵, em razão da disponibilidade de terras férteis, ambientado com um clima agradável e com chuvas sazonais.

Ao serem atraídos pelas promessas de abundância, cria-se um fluxo de migração, movido tanto por cearenses e piauienses, quanto por maranhenses, que buscavam melhores condições de vida. Segundo Frazão²⁶, o prometido *eldorado* não durou muito

²² Atualmente, o Médio Mearim é formado por 21 municípios: Bacabal, Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago da Pedra, Lima Campos, Olho D'Água das Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Porção de Pedras e São Luís Gonzaga do Maranhão. (FERREIRA, 2013)

²³ BARBOSA, 2013.

²⁴ FRAZÃO, Jaciara Leite. *CONFLITOS AGRÁRIOS NO MÉDIO MEARIM - MA: a experiência do Povoado Aldeia nos anos 1980*. In. BERNAT; FERREIRA; SOUSA (org.), 2019, p. 123.

²⁵ FERREIRA Márcia. *Casamento e branquidade: solidariedade, diferenças e união consanguínea entre maranhenses e migrantes cearenses no Médio Mearim em meados o século XX*. In. FERREIRA. In. BERNAT; FERREIRA; SOUSA (org.), 2019.

²⁶ FRAZÃO, 2019.

tempo, pois em 1969, o então governador do Maranhão, José Sarney, aprovou a Lei nº 2.979 - pejorativamente conhecida como Lei Sarney de Terras -, que possibilitou a facilitação do acesso à terra por grandes empresários e por parcelas mais abastadas da sociedade, como fazendeiros. Em contrapartida, os lavradores, ou posseiros, se o termo couber melhor neste contexto, não tinham a prática de reconhecer as posses em cartório e acabavam por ter suas propriedades questionadas.

Os embates por terra, concentrados principalmente nos anos 70 e 80, acabaram por criar um cenário pintado com o sangue dos posseiros que tiveram suas vidas ceifadas durante os violentos conflitos. No entanto, o notável desfavorecimento dos pobres incentivou a Igreja Católica a intervir e publicizar, através de seus missionários, os massacres em curso, para isso valendo-se do poder de voz para denunciar e requerer intervenções de instâncias superiores.

Com base no exposto, a seguir tratar-se-á de dois conflitos ocorridos em locais próximos a Lago da Pedra: Aldeia, povoado de Bacabal, foi invadida três vezes durante a década de 1980, primeiro em 1984, depois em 1985 e 1988; depois, tratar-se-á do caso de Pau Santo, povoado de Lago do Junco, invadido em 1985. Ao finalizar a contextualização local, será possível retornar ao conflito em foco no presente escrito, em Alto Alegre, e pensar criticamente acerca do documento principal.

2.1. Aldeia

O povoado Aldeia localiza-se no município de Bacabal e, segundo Lima²⁷, o nome origina-se da presença de uma população de origens indígenas Pataxós que ocuparam a região em seus primórdios. O povoado passou a atrair a atenção de proprietário da região, que começou a negociar as terras com um fazendeiro local, iniciando assim um período de muita violência na região.

Antes de 1984 as terras que compreendem a região foram adquiridas por direito de usucapião por uma senhora chamada Porcínia Crescêncio Lemos. Passado um tempo, no entanto, as terras foram transferidas para uma empresa chamada Brasólio, que trabalhava com a extração de óleo do babaçu, porém o período não foi duradouro devido à expansão

²⁷ LIMA, 2018.

da exploração das terras com fins a pecuária, correspondendo aos interesses de um empresário.²⁸

O novo proprietário, apesar de Lima não o citar, foi Ananias Vieira Lins, segundo Frazão²⁹. Este, por sua vez, era irmão de José Vieira, que posteriormente foi prefeito de Bacabal, entre 1997 e 2004, retornando ao cargo em 2017, porém não o concluiu, pois faleceu em 2019. Além disso, José Vieira foi um dos fundadores da União Democrática Ruralista (UDR) no município, organização criada em 1985 que se expandiu pelo território nacional representando os interesses dos grandes ruralistas, opondo-se ao Plano Nacional de Reforma Agrária.

A convivência com o novo proprietário, no entanto, não foi pacífica com os posseiros³⁰, que foram proibidos de fazer roça e colher coco babaçu nas terras. Assim, ainda em 1984, ocorreu o primeiro ataque ao povoado, realizado com o auxílio de jagunços e pistoleiros, resultando na morte de um dos algozes. Este, no entanto, seria apenas o início de um cotidiano conturbado para os moradores de Aldeia.

No ano seguinte, em 1985, os avanços contra os posseiros ganharam um novo fôlego. Jaciara Frazão aponta que antes mesmo da invasão, os moradores já viviam um clima de tensão no cotidiano, pois eram proibidos de plantar e eram ameaçados por pistoleiros instalados na cidade em uma casa próxima à pista que dá entrada ao povoado. Os ânimos chegaram ao ápice em novembro do ano mencionado, quando um grande contingente de policiais chega à região, pondo-se a ameaçar e invadir as casas das pessoas valendo-se de armamentos pesados, inclusive metralhadoras instaladas em uma das saídas do povoado. Para além disso, durante o atentado, os policiais apreenderam três homens e depois os policiais seguiram para o povoado de Pau Santo, onde também havia conflitos em curso, os quais serão tratados na seção seguinte.

Apesar do evidente contexto violento, com base em depoimentos coletados tanto por Lima³¹, quanto por Frazão³², é recorrente a menção das testemunhas do ocorrido à importância da presença do "Dr. Sandes", em referência ao advogado contratado pela Diocese de Bacabal, João Batista Macedo Sandes, e dos clérigos atuantes na região,

²⁸ LIMA, 2018.

²⁹ FRAZÃO, 2019.

³⁰ Opta-se aqui por utilizar o termo "posseiro" porque as autoras da bibliografia consultada assim o fazem.

³¹ LIMA, 2018.

³² FRAZÃO, Jaciara. In. BERNAT; FERREIRA; SOUSA (org.), 2019.

principalmente Dom Pascásio Rettler, que junto ao advogado apresentou um telegrama encaminhado pelo então Presidente da República, José Sarney, a fim de conter o conflito em curso. Ambos são mencionados como elementares para que a ação dos policiais não tenha resultado em um maior número de vítimas e em uma tragédia maior.

Inibidas as ações truculentas, três anos depois, em 1988, o povoado voltaria a ser abalado com uma nova investida, agora mais truculenta. Segundo Dayane Lima³³, cerca de 15 dias antes do dia marcado para o ataque, um evento tira o conforto dos moradores. Manoel Tintinho, morador do local e um dos réus da Ação de Manutenção de Posse das terras, foi alvo de disparos que ceifaram sua vida na calçada da casa de sua cunhada.

O clima de tensão se instala em um domingo de carnaval, 14 de fevereiro de 1988. Chegam carros com carrocerias adaptadas com buracos furados nas laterais para apontar o cano das armas, ocupadas por policiais e jagunços. Segundo os relatos coletados em entrevistas realizadas por Frazão³⁴, aponta-se que se tratavam dos mesmos policiais atuantes na invasão de 1985, porém desta vez chegaram sem os uniformes. Além disso, os jagunços aqui tinham a função de guiá-los pelos melhores caminhos para encontrar as vítimas, pois já eram familiarizados com a região.

Iniciada a chacina, aponta Dayane Lima³⁵, para além de 30 casas incendiadas, Trazibe Teixeira, de 64 anos foi assassinado com tiros na região da cabeça e barriga, por não conseguir fugir junto com os demais acometidos pela violência. Com a retirada dos algozes, os franciscanos da Diocese de Bacabal, dentre eles Heribeto Rembecki e Dom Pascásio Rettler, auxiliam a população abalada pelos acontecimentos. Iniciado o velório do homem assassinado de forma covarde, a cerimônia reuniu os moradores que assistiram a um ato marcante: o bispo de Bacabal retirou o próprio crucifixo do peito e colocou sobre o cadáver.

Por meio deste primeiro caso podemos perceber algumas semelhanças com o caso de Alto Alegre, em especial e mais relevante, a participação de policiais na condução de violências contra os posseiros ou, como o dossiê do SNI trata, os lavradores. Com isso, pode-se perceber que o desvio de função dos policiais não ocorria de forma isolada, além do que os policiais de Lago da Pedra e de Bacabal subordinavam-se à mesma repartição pública, a Regional de Segurança de Bacabal.

³³ LIMA, 2018, p. 153.

³⁴ FRAZÃO, 2019, p. 137.

³⁵ LIMA, 2018.

Além disso, a figura de Dom Pascásio Rettler é ilustrada em conformidade com o relatado no documento analisado no presente texto, pois da mesma forma que apresentou a carta de Golbery do Couto e Silva, vale-se aqui também da correspondência recebida da alta burocracia estatal, isto é, do então presidente da República. Assim, podemos vislumbrar como a imagem do bispo passou a ser associada a alguém capaz de comunicar as demandas regionais a outras instâncias e, por isso, catalisador de prestígio entre os fiéis.

2.2. Pau Santo

Após tratarmos do povoado de Aldeia, que enfrentou momentos de turbulência durante os anos 1980, agora nos voltaremos ao povoado pertencente a um município próximo, Lago do Junco. As ações foram realizadas após o segundo ataque à Aldeia, em 1985, e foi realizado por parte do grupamento policial que ali atuara.

Assim, de volta a 1985, depois de instalarem o terror no primeiro povoado, os policiais seguiram para Pau Santo a fim de executar uma ação judicial que autorizava um fazendeiro do povoado a ter os direitos sobre as terras da região. No caminho, no entanto, enfrentaram dificuldades. Chegado o inverno, o Maranhão passa por um período de chuvas que provocam o alagamento de várias regiões, em razão da extensa área ocupada por igarapés, além de criar dificuldades de mobilidade nos locais sem pavimentação.

O chão enlameado acabou por deter parte dos policiais que seguiam para realizar a ação protelada. Acompanhados pelo fazendeiro que reivindicava a posse, seguiram a pé até o povoado. No entanto, a comitiva, segundo a historiadora Dayane Lima³⁶, não contava com a presença de um juiz que poderia dar sequência ao processo de desapropriação de forma legal. Assim, a intempérie dá a oportunidade para que os homens fugissem para uma vegetação próxima ao povoado, restando apenas mulheres, crianças e um senhor de 76 anos, Manoel Monteiro, acometido por problemas de saúde. Ao encontrarem o homem, os policiais o assassinam, com a justificativa de o terem visto tentando esconder uma arma na mata próxima.

Passada a invasão de contornos torpes, Dom Pascásio toma ciência do ocorrido e se adianta em telefonar para autoridades tanto da instância Estadual, quanto da Federal.

³⁶ *Idem.*

Além disso, marcou uma viagem para Brasília, onde encontrou-se com José Sarney e denunciou as violências em curso, requerendo alguma intervenção a fim de proteger os posseiros acometidos com tanta violência. Como resultado, conseguiu que parte das terras apropriadas pelo fazendeiro fossem desapropriadas, acalmando a tensão provocada pelo conflito.

2.3. Alto Alegre, 1981.

Depois de tratarmos das três versões dos fatos que compõem o dossiê, abordadas no capítulo 1, e pelos casos de Aldeia e Pau Santo, agora pode-se retornar à região do conflito e analisá-lo através das contradições e assim propor uma nova narrativa. Apesar de, deve-se pontuar, não ser possível acessarmos diretamente os acontecimentos, pretensões estas que flertariam com um potencial positivismo, tentaremos compreender o passado por meio das possibilidades de uma análise crítica das versões apresentadas.

Assim, apesar de entender a posição do SNI e do SEGUP/MA como duas organizações alinhadas ideologicamente, pode-se perceber em cada uma das instâncias um alinhamento com prioridades oriundas dos elementos contextuais em que estão inseridas. Dessa forma, ao centrar primeiro no SNI, deve-se entendê-lo como um órgão criado após o golpe militar de 1964, a fim de produzir informações acerca de potenciais suspeitos de subversão. O epíteto, no entanto, é carregado de pressupostos do que configuraria este potencial inimigo, dentre eles o alinhamento com posições políticas de esquerda.

Com este ponto no horizonte, pode-se perceber a construção do documento guiada pela construção da imagem subversiva nos religiosos, para isso atrelando-os ao marxismo, à esquerda clerical e à Teologia da Libertação. Destarte, se a investigação colocada em curso estava mais empenhada em descobrir uma suposta subversão por parte do denunciante, ela se torna superior aos casos criminosos de violência em curso no interior do Maranhão. De todo modo, apesar da questão rural estar na centralidade dos problemas sociais do Brasil e ter contribuído para a instalação do regime, não soa contraditório a ênfase adotada pelo memorando do SNI, pois a legitimação da ditadura militar, já em período de abertura política, se dá também por meio do espantallo do perigo vermelho e da necessidade de reorganizar o país.

Já no relatório produzido pela SEGUP/MA pode-se observar uma notória absolvição de W.J., assim como dos policiais envolvidos. Com isso, evidencia-se a influência do líder político e de sua família, contando com o cargo de prefeita da matriarca. Talvez protegido pelos poderes oriundos do cargo da líder do Executivo municipal, percebe-se que W.J. talvez tenha se aproveitado de privilégios, extrapolando seus limites para converter o trabalho policial em um trabalho de guarda pessoal. Isso porque percebe-se que na reivindicação da posse de terras, a presença dos policiais se torna uma constante, não para garantir o andamento do processo de forma segura, mas sim para intimidar os posseiros/lavradores. Assim, ao comparar este relatório da Secretaria com a defesa dos advogados contratados pela Diocese e com os casos de Aldeia e Pau Santo, podem-se perceber algumas contradições.

Assim, em um estudo realizado pelo sociólogo e antropólogo Igor Gaspar Grill³⁷ acerca das eleições municipais no Maranhão, aponta-se que há a formação da hegemonia política centrada em famílias locais. O processo para a ascensão destes grupos, no entanto, não se baseia na identificação ideológica, mas sim no poder econômico e na escolaridade dos candidatos. Posto isso, podemos acrescentar à conclusão que ao eleger estes candidatos, possibilita-se o uso dos poderes políticos para aparelhar o Estado para atender prioridades pessoais, visto que o desejo pela carreira política não visa proporcionar qualidade de vida à sociedade, mas sim a ascensão ou a manutenção da família do candidato à posição de elite local.

Sem se deter apenas em W.J., percebe-se que, nos casos de Aldeia e Pau Santos, alguns membros da sociedade, detentores de forte poder econômico, social e político, tinham influência sobre a máquina estatal e conseguiram converter policiais, funcionários públicos, em algo semelhante a jagunços.

Portanto, para além da ilegalidade envolvida na prática, percebe-se que a SEGUP/MA apresentou uma versão dos fatos em que negou a presença dos policiais no local do conflito tanto para intimidar e violentar os lavradores, quanto para auxiliar no plantio do capim. Isto talvez tenha sido uma tentativa de acobertar as práticas ilegais, suprimindo também as consequências civis e penais dos envolvidos.

Ao retornar a W.J., cuja trajetória de vida extrapola as implicações do conflito de Alto Alegre, o percurso pessoal do fazendeiro é atravessado por acusações de

³⁷ GRILL, 2008.

comportamentos violentos, que vão desde a acusação do homicídio de um escrivão, mencionada em um requerimento de histórico realizado pela Agência Central do SNI³⁸; até o relato em uma nota oficial da Diocese de Bacabal relativa à assembleia do Sindicato Rural dos Fazendeiros do Município de Lago da Pedra, ocorrida no dia 22 de junho de 1985. Em tal assembleia, segundo o documento, debatia-se a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária, proposto pelo presidente José Sarney. Na nota, aponta-se que W.J. manifestou-se contrário à reforma da seguinte forma: “não acredito na Justiça, pois ela é mais lenta do que um ‘cádago’, e esse problema tem que ser resolvido é na bala”, batendo em seguida no revólver preso à cintura³⁹. Demonstra-se assim que a escolha pela violência não está fora da gramática política utilizada pelo fazendeiro.

Em segunda ordem, causa estranheza a apuração de um caso que abone os acusados em uma denúncia realizada aos órgãos federais, sem investigar as denúncias de Dom Pascásio. Deve-se considerar que as motivações para o bispo viajar até a capital federal para realizar as denúncias vão além de uma tentativa de comprovar seu prestígio e capacidade de acesso nos círculos de poder. Evidentemente, não cabe aqui tentar averiguar os anseios pessoais e motivadores do bispo, devendo apenas nos centramos nos impactos e fatores envolvidos em uma ação de caráter público, que indicam o comprometimento com a questão fundiária na zona de atuação.

Ao analisarem-se estes pontos, considera-se o relatório apresentado por Conceição de Maria Carvalho de Andrade, a advogada responsável pelo caso, como uma versão mais comprometida com o trabalho realizado no município, de defender os lavradores/posseiros, do que com a ideologia e demandas da estância estatal. Junto a isso, considera-se a similaridade com os ataques aos povoados próximos, em especial o uso da polícia para colocar em curso uma desapropriação baseada na violência e o envolvimento de uma parcela imbuída de poder econômico local e, por consequência, político.

Assim, conclui-se que W.J. adquiriu de W.S. uma parcela de terras que abarcavam o povoado de Alto Alegre, região há muito ocupada por lavradores e suas famílias, que dependiam da terra para produzirem sua subsistência. Ciente da recusa dos lavradores em se moverem do local que faziam de morada, envia-se no dia 6 de outubro de 1981 ao povoado um empreiteiro e dois pistoleiros, que ateiaram fogo nas capoeiras, um tipo de

³⁸ BR-DFANBSB-V8.MIC, GNC.QQQ.88004257.

³⁹ MA-0338-0527-00001-ALTO ALEGRE E LAGO DA CABAÇA

vegetação que prolifera após a derrubada de uma vegetação primária. O fogo, ao se alastrar, coloca em risco a segurança dos moradores, em razão do material de construção das casas em que viviam, taipa e palha.

Além disso, a intimidação se completa com a chegada de um grupamento policial de Lago da Pedra, valendo-se do seu poder de polícia e apreendendo dois lavradores que se preparavam para ir trabalhar, considerando-os suspeitos. Neste ponto, a narrativa apresentada por Conceição Andrade apresenta uma lacuna, pois ela não menciona se os lavradores reagiram à chegada dos prepostos de W.J.. Porém, ao considerar a ação dos lavradores dos povoados de Aldeia e Pau Santo, compreende-se que eles, na tentativa de se defenderem dos ataques sofridos pelo líder político e seus comparsas, não recebiam de forma passiva as agressões. Com isso, pode-se compreender a razão para a apreensão dos oito lavradores, para além dos dois primeiros.

No entanto, diferente dos outros conflitos, nota-se a ausência da intervenção dos freis para conter as violências em curso, presente apenas no dia seguinte quando os advogados contratados pela Diocese, João Sandes e Conceição Andrade, chegam à delegacia para averiguarem o ocorrido. Apenas neste momento tomam ciência das alegações dos lavradores de terem sido violentados na delegacia, a fim de realizarem uma confissão, que se entende ser voltada tanto para justificar um já comum tratamento violento, mas também para possibilitar a tomada de posse por W.J..

Percebe-se, então, perante as versões de um mesmo caso que, a depender da perspectiva adotada, diferem-se os pontos ressaltados, porém os não ditos permitem perceber o favorecimento às partes associadas a W.J. para garantir e reconhecer o direito de posse do fazendeiro, destinada à produção pecuária. O investimento não se detém apenas na produção de cabeças de gado, pois ao adquirir 1988 hectares de terra, observa-se o processo da formação de um cenário rural em latifúndios.

Com base em André Gunder Frank⁴⁰, pode-se reconhecer na ação do líder político uma prática recorrente entre os grandes fazendeiros do Brasil de então, os quais usavam da aquisição de terras para se protegerem da inflação e almejavam possíveis usos futuros, tal como o arrendamento. Além disso, as terras bem localizadas eram atraentes para a especulação, a fim de serem vendidas quando de uma boa oferta. Até lá, criavam-se

⁴⁰ FRANK. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo – 1964. In. STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil 2*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

cabeças de gado para proteger a posses de possíveis perigos, como por exemplo, serem devolvidas ao Estado por não terem cumprido o uso social esperado.

Portanto, o caso analisado não ocorre de maneira isolada, embora até aqui inserido apenas em um contexto local. Ele provém de uma estrutura nacional que influencia a questão rural no país.

O modo como a questão rural foi tratada pela ditadura militar de 1964, no âmbito do nacional-desenvolvimentismo refletiu na vida no campo, temática que será desenvolvida nos próximos capítulos, em especial no quarto.

3. A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO SOCIAL NA DITADURA MILITAR

O capítulo voltar-se-á a explorar as mudanças ocorridas no seio da Igreja nos anos 1960, que demarcam uma renovação dos preceitos basilares da relação com os fiéis. Baseados na percepção de novas demandas apresentadas pelo contexto mundial, os clérigos passaram a lidar com a crítica contra a instituição e a necessidade de se adequar à nova realidade. Por isso o Concílio Vaticano II produziu a reforma interna mais importante desde o Concílio de Trento, do século XVI.

Como reflexo, na América Latina os religiosos apreendem os novos paradigmas e passam a refletir a região, marcada pelas profundas desigualdades sociais, explorando as possibilidades de uma teologia voltada para a libertação dos oprimidos, resultando na inauguração da Teologia da Libertação. A influência da teoria resulta em um abalo da relação Igreja-Estado, em razão do regime ditatorial em curso no Brasil desde 1964, que resultará na perseguição de clérigos considerados subversivos.

Por último, debruçar-se-á sobre o retorno dos Franciscano para o Maranhão, cuja instalação se dará por um grupo missionário originário da Saxônia, na Alemanha. Os clérigos serão peças importante para entender a influência da Igreja nos conflitos rurais que permearam a história do Médio Mearim, microrregião do estado, entre os anos 1970 e 1980, assolando a população pelos níveis de violência física e psicológica administrada por líderes políticos locais, fazendeiros e empresas da região.

3.1. Um novo olhar para os fiéis

A história da Igreja Católica no Brasil, presente desde a chegada dos colonos portugueses no continente, foi marcada por transformações e revisões das relações com os fiéis. O contato com as populações instaladas no Novo Mundo, no entanto, para além das marcas da violência, também representaram a transformação do próprio catolicismo, em razão do contato com os povos indígenas, negros africanos escravizados e judeus.

Apesar da longevidade da presença da instituição em territórios brasileiros, nos centraremos nos anos 1960 para esmiuçar a relação da Igreja para com os fiéis, por ser

uma década singular na história da instituição, pois como aponta Delgado e Passos: “Mais do que em outros períodos, o catolicismo foi ensaiando novos modos de agir e de se posicionar”⁴¹.

Este processo aponta que a instituição está parcialmente à mercê de seu meio social e precisa responder às novas demandas da modernidade. Neste sentido, a escolha pelos anos 1960, longe de ser uma arbitrariedade, se justifica por presenciar a realização de reformas internas à Igreja, tanto no âmbito global, como regional, motivadas pelas peculiaridades latentes de um sistema - capitalista - baseado em desigualdades.

Ao colocar em questão essas reformas, de forma inequívoca nos deparamos com os impactos do Concílio Vaticano II, que apresentou novos paradigmas aos horizontes católicos, trazendo a questão social como uma prioridade de atuação. Depois, ao pensar a América Latina, assolada por regimes ditatoriais no recorte temporal aqui priorizado, ressalta-se a importância do II Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em Medellín, Colômbia. Apenas a partir deste encontro, as determinações da encíclica são pensadas através das peculiaridades do continente americano e se inaugura a teologia da libertação, corrente teórica que se vale de fundamentos marxistas para pensar o catolicismo, cuja maior expressividade se dá no Brasil.

A trajetória do catolicismo no Brasil é distinta das dos demais países da América Latina. Nota-se que, em terras brasileiras, os leigos tiveram uma atuação peculiar em razão dos movimentos coordenados por essa parcela religiosa, sem que com isso se suponha um rompimento com as hierarquias características da organização interna à religião. Não obstante, como representação dessa atuação, ainda em 1935 surge a Ação Católica Brasileira (ACB). Através da mobilização dos leigos, a organização fez uso da fé católica para pensar questões sociais, como é exemplar o engajamento dos militantes com a causa operária e estudantil⁴².

Apesar disso, ao perceber na ACB a capacidade de mobilização e formação da militância católica, não se deve supor um endosso uniforme por parte do corpo clerical diante da mudança amparada na atuação leiga, visto que grupos internos se opuseram às

⁴¹ DELGADO; PASSOS. In. FERREIRA; DELGADO (org.), 2010, p. 97.

⁴² Representadas através dos movimentos, respectivamente, Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC).

consequências que essa autonomia poderia vir a provocar⁴³. Assim, Paulo César Gomes esquematiza a postura dos membros da Igreja em três diferentes posições a partir de Scott Mainwaring⁴⁴:

[...] um deles enfatiza a estratégia da neocrisandade e pleiteava a permanência dos privilégios eclesiásticos junto ao Estado, acreditava necessário reforçar a presença eclesiástica na sociedade. O outro via com ressalvas o envolvimento da Igreja em questões sociais, mas defendia a importância da realização de algumas mudanças para que a instituição pudesse cumprir sua missão no mundo moderno. Por último, havia os que se manifestavam pelo trabalho em prol da mudança social que beneficiasse os pobres.⁴⁵

Percebe-se, então, que seria um equívoco considerar a Igreja como uma instituição “progressista”, ou em qualquer perspectiva que a integre em uma posição de direita ou esquerda. Antes de tudo, ela é uma organização conservadora, no sentido de amparar-se nas tradições e buscar assegurar sua posição na sociedade. Para tanto, mobiliza e coloca em curso reformas internas, a fim de realizar sua manutenção no mundo moderno.

Outrossim, a preocupação por parte dos clérigos com as questões sociais talvez só comece a ganhar um caráter organizado com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, que representa um canal para coordenar as ações de forma centralizada, não apenas no âmbito regional⁴⁶. Logo em sua fundação, a organização teve em seu corpo executivo dom Helder Câmara como secretário-geral, bispo engajado com as pautas sociais e futuro notável opositor da ditadura.

O cargo do bispo, em razão de ter como uma das responsabilidades representar a organização, poderia levar a supor uma posição progressista, porém Gomes (2014) chama atenção para o fato de que as decisões dependiam do debate interno, composto por bispos de diferentes posicionamentos políticos. Então, a CNBB deve ser entendida antes como uma empreitada para ampliar a influência político-teológica da Igreja, do que como o comprometimento com causas relacionadas à justiça social⁴⁷.

⁴³ DELGADO; PASSOS, 2010, p. 101.

⁴⁴ A obra em questão trata-se de: MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916 - 1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁴⁵ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: A visão da espionagem*. 2014, p. 33.

⁴⁶ DELGADO; PASSOS, 2010.

⁴⁷ GOMES, 2014.

Estas só são colocadas à frente com o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965. A reforma deu-se após sua estrutura ser questionada pelos leigos e pelos próprios clérigos, o que demonstrou a urgência em repensar suas bases. Para tanto, percebeu-se a importância de se ater às realidades socioeconômicas em que estava inserida e assim debater as pautas da justiça social, sem com isso inferir o início da “Igreja dos pobres”, pois como já mencionado, a preocupação já existia, embora de forma secundária⁴⁸.

Em sua dissertação de mestrado, Dayane Lima⁴⁹ considera que o Concílio foi importante para uma ampliação da participação dos leigos na Igreja, abrindo um espaço antes não permitido, como é o caso na participação na liturgia e mais à frente na formação de pastorais. Além disso, a própria modulação dos ritos, como é o caso da missa, foram reconfiguradas, visto que apenas após a reforma, o ritual deixou de ser realizado em latim e com o padre de costas para os fiéis.

De todo modo, deve-se ponderar sobre os limites da reforma. Em sua condução, apesar das tentativas de diálogo com outras religiões, a aproximação com os leigos e a prioridade das questões sociais, não se deve supor uma pretensão em romper com a tradição. Pelo contrário, o Concílio Vaticano II reforça o já mencionado caráter conservador da instituição, ancorada no objetivo de se resguardar, fins estes denunciados no discurso do Papa João XXIII, que ao elencar os principais objetivos para realizá-lo, encabeça a lista com: “1. O que mais importa ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz”⁵⁰.

Ao colocar em perspectiva o tamanho da zona de influência do catolicismo, presente em todos os continentes, com maior ou menor nível de adesão, compreende-se que as determinações da reforma chegam de formas distintas, a depender dos contextos. Nesse sentido, ao pensar a América Latina, deve-se lembrar a conjuntura particular da região. Durante a chamada Guerra Fria, conflito de natureza ideológica que opôs Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a região ao sul da América, tida como zona de influência dos Estados Unidos, passa a atrair atenção dos

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ LIMA, 2018.

⁵⁰ JOÃO XXIII, 1962. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html>. Acesso realizado em: 23 de ago. 2022.

EUA após a Revolução Cubana, em 1959, quando há uma expansão do alcance da zona de influência socialista a uma região há muito dominada pelo imperialismo norte-americano.

Receosos com a realização de um movimento semelhante em outras regiões do continente americano, os Estados Unidos passam a atuar de forma a influenciar a instalação de regimes de teor autoritário no Cone Sul, contribuindo para a tomada de poder pelas Forças Armadas no Brasil em 1964.

Inicialmente, o movimento, com sua bandeira de conter os avanços do comunismo, é lido por setores da Igreja Católica com simpatia, em razão da histórica oposição ao comunismo pela associação com o ateísmo materialista. Com isto, Paulo César Gomes aponta que a CNBB adota uma posição favorável ao novo regime, de modo a expressar o apoio ao combate ao avanço do perigo vermelho e de possíveis levantes no país, temidos e utilizados para justificar o movimento golpista.

Assim, para além da promoção das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, a organização episcopal emite uma carta de apoio ao regime recém-instalado, assinada por 26 dos mais importantes bispos do país. No mesmo ano, como reflexo do apoio, em uma eleição interna, elege-se uma direção de posição conservadora, levando dom Agnelo Rossi ao posto de presidente e dom José Gonçalves à secretária-geral. Desse modo, até 1968, quando há uma reconsideração do apoio à ditadura militar, a organização se voltou mais para as questões da burocracia interna à Igreja do que para as questões sociais⁵¹.

A CNBB, no entanto, apesar de implícito, não é sinônimo de Igreja. Como já apontado neste escrito, ela é composta por membros com posições distintas e, por vezes, opostas. Por isso torna-se importante enfatizar a impossibilidade de analisá-la como uma instituição homogênea. Em seu seio convivem diferentes ordens e maneiras de ler a realidade. Por consequência, há diversos entendimentos de como a Igreja deve se colocar no mundo. Com isso, o posicionamento da CNBB não representa todos os clérigos, no máximo os bispos participantes da organização e ainda assim com ressalvas. O próprio dom Helder Câmara, por exemplo, era um membro, embora afastado dos cargos burocráticos após o golpe e realocado no posto de bispo de Olinda e Recife, Pernambuco.

⁵¹ GOMES, 2014.

Ao tratar dos bispos que contestavam a ditadura militar, são notáveis os encontros regionais, a fim de tratar das injustiças em suas zonas de atuação. A Amazônia é um caso exemplar por ser um local onde desde o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente do país após o golpe, levou a cabo projetos desenvolvimentistas, como é o caso da Operação Amazônica. O projeto, no entanto, implicava na expulsão dos povos indígenas e de lavradores de suas terras⁵². Supor uma posição passiva dessas parcelas sociais seria um equívoco, por isso o aumento dos conflitos rurais durante o período e também o engajamento dos bispos em prol da defesa dos mais desfavorecidos.

Não apenas na Amazônia, como se percebe no dossiê do SNI, os bispos do Nordeste também atuaram na defesa dos lavradores da região, embora esta seja uma questão mais relacionada com a parte rural dos estados. Com isso, deve-se apontar que, para além das disputas por terra, a região era assolada pelas mazelas da pobreza e, em alguns estados, pelas consequências sociais da seca sazonal que compromete o abastecimento de água e cria dificuldades para a mera subsistência, muitas vezes levando a migração para outros estados do país em busca de melhores condições de vida. Portanto, as desigualdades da região incentivaram a atuação da Igreja, talvez sendo dom Helder Câmara o mais famoso nome da atuação episcopal, que inclusive chegou a ser acusado de subversão e vítima de investigações por parte do serviço de informações da ditadura militar.

A atuação destes clérigos, no entanto, não deve ser entendida como uma participação ativa, no sentido de assumir a linha de frente dos conflitos sociais. Como denuncia a ação de dom Pascásio Rettler no documento do SNI, os representantes da Igreja assumem a posição de porta-vozes das injustiças sociais, pois como considera Gomes:

A Igreja, paulatinamente, passou a servir como um dos únicos canais por meio do qual aquelas populações podiam protestar contra o governo pela opressão política e social a que estavam submetidas, já que o golpe minara as possibilidades de mobilização popular.⁵³

Passados os quatro primeiros anos da ditadura militar, percebe-se que a dita contenção do perigo vermelho não se restringiria a uma intervenção temporária. O

⁵² *Idem.*

⁵³ *Ibidem*, p. 47.

regime, já no segundo presidente - Artur da Costa e Silva - consegue levar a cabo o Ato Institucional⁵⁴ n° 5, que impedia o direito ao *habeas corpus*. Assim, em 1969, a CNBB publica um documento manifestando a oposição ao Ato, pois considerava a medida uma abertura para os militares violarem física e moralmente seus opositores⁵⁵. De todo modo, seria um equívoco considerar a mudança motivada apenas por uma reflexão oriunda de debates internos à organização, visto que o ano de 1968 demarcou uma importante transformação do episcopado latino-americano.

Apenas três anos após seu encerramento, os preceitos do Concílio Vaticano II chegam à América Latina, quando será pensada a reforma. Então, em 1968, os bispos oriundos da região se reuniram no II Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em Medellín, na Colômbia, sob o tema: “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”. No encontro, durante os debates, os participantes se depararam com as marcas da desigualdade social que assolava o continente e a necessidade de uma nova estrutura da Igreja para enfrentá-las, baseada na autoconsciência dos bispos, na construção das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e em uma nova teologia voltada aos pobres e à libertação⁵⁶.

Não obstante, Sandra Arenas indica que o surgimento do CELAM remonta a 1956, através da Primeira Conferência, realizada no Rio de Janeiro, embora o reconhecimento legal só tenha ocorrido em 1958. Neste primeiro momento, o encontro é promovido por alguns bispos, tal como dom Helder Câmara e alguns representantes romanos. Entretanto, a conferência não deu ênfase às desigualdades sociais, pois a preocupação do pontífice, Papa Pio XII, era a ausência de clérigos no âmbito regional, por isso se deveria impulsionar as vocações e a migração de clérigos estrangeiros.

⁵⁴ Segunda o verbete “Atos Institucionais”, as medidas eram: “Normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que regulamentados por 104 atos complementares conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país”. Ver: CALICCHIO, Vera. Atos Institucionais. In: Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/atos-institucionais>> Acesso em: 28 ago. 2022.

⁵⁵ GOMES, 2014, p. 52.

⁵⁶ Ver: ARENAS, Sandra. Conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). In: DIMORI, Geraldo (Org.). *Theologica Latinoamericana*: enciclopédia digital. Belo Horizonte: Theologica Latinoamericana, 2017. Disponível em: <http://theologica.latinamericana.com/?p=1475>. Acesso em 25 de ago. 2022.

Apenas no segundo encontro as desigualdades sociais na América Latina foram o cerne dos debates, considerada elementar a influência da Igreja sobre os pobres e a valorização das CEBs, consideradas o melhor caminho para a aproximação com o povo. Em síntese, Dayane Lima⁵⁷ aponta que a intenção era construir uma Igreja para ricos e pobres, embora estes últimos tivessem preferência, representando a virada da instituição no século XX.

Deve-se ponderar que a preocupação católica nos anos 60 com a justiça social não se dá de forma espontânea. Vale lembrar dos impactos promovidos pela Revolução de 1917 na fria Rússia, trazendo para a realidade os paradigmas dos socialismos reforçados com a já referida Revolução Cubana. Portanto, a Igreja percebe um enfraquecimento de sua influência frente ao comunismo, contrário à religião como um instrumento de poder. Então, o engajamento com as questões sociais se relaciona com esse campo de disputa, embora, como aponta Gomes⁵⁸ não se deve considerar este como um argumento que se sobreponha aos demais.

Deste modo, o regime cubano traz uma nova inspiração para militantes da América Latina, ocasionando a insurgência de guerrilhas e lutas sociais. Assim, Michael Lowy chama atenção para a convergência do movimento com o início do Concílio Vaticano II, que ao estimular o ímpeto da Igreja para as questões sociais incentiva em alguns setores a associação do cristianismo com os fundamentos marxistas. O movimento, deve-se considerar, constitui-se de forma dialética, pois conforme ocorre a identificação dos fundamentos, há a suprassunção das contradições, como é o caso do materialismo ateu, embora se considerasse o histórico. A corrente é, então, representada por nomes como Frei Betto, um dos principais idealizadores das CEBs, Hugo Assmann e Leonardo e Clodovis Boff⁵⁹.

Nota-se que a corrente teve uma expressão maior no Brasil do que em outras regiões da América Latina, levando-nos a questionar o que teria catalisado essa expansão das ideias em nosso país. Para isso, Lowy⁶⁰ elenca algumas hipóteses, primeiro levando em consideração o protagonismo dos leigos na propagação da fé católica, como já

⁵⁷ LIMA, 2018.

⁵⁸ GOMES, 2014.

⁵⁹ LOWY, 2007, p. 414.

⁶⁰ LOWY, 2007

mencionado anteriormente, sendo notável, neste sentido, os jovens envolvidos com a causa reunidos na Juventude Universitária Católica (JUC). Em seu seio, houve a circulação das ideias marxistas, utilizadas para pensar a fé cristã. Depois, o autor ainda aponta a peculiaridade do catolicismo brasileiro ser mais influenciado pelo catolicismo francês do que o espanhol, majoritário nos demais países latino-americanos, como Argentina e Colômbia. Por último, apresenta-se a possibilidade da crise do modelo populista, ainda nos anos 60, confluindo na emergência de lutas sociais, tanto no meio urbano, quanto no meio rural⁶¹.

Ademais, em concomitância à ditadura militar, em 1964, são realizadas as publicações pioneiras da teoria, que antes eram materializadas apenas através das manifestações orais em encontros episcopais, como foi o caso em Medellín. Assim, a obra de Hugo Assmann, cuja formação ocorreu na Escola de Frankfurt, junto a Adorno e Horkheimer, foi um marco para a corrente. Com o título de “Oprésion-libertación, desafío a los cristianos”, Assmann funda, se assim podemos dizer, a Teologia da Libertação, propagando ideias formadas através do marxismo e da teoria da dependência, posteriormente seguido por nomes como os de Frei Betto e dos irmãos Boff, sendo Leonardo Boff o maior expoente da corrente teórica.

Neste contexto, a já citada teologia da libertação é um caso exemplar das diferentes posições adotadas pelos clérigos durante o período ou até mesmo o próprio Concílio Vaticano II, uma posição oficial da sede da religião, demonstrando a complexidade da instituição e as contradições afluentes do processo.

De todo modo, é importante ponderar que ao atrelar a postura crítica da Igreja perante a ditadura militar - em fins dos anos 60 e, principalmente, a partir dos anos 70 - aos fatores conjunturais, não se pretende ignorar os princípios norteadores da religião. Apesar da ciência de que a história da instituição é atravessada por posições contraditórias com a ética norteadora da fé católica, como por exemplo a Santa Inquisição ou até mesmo a oposição pouco clara perante o Nazismo, não se deve esquecer do quadro valorativo baseado na imagem de Jesus Cristo, símbolo de compaixão e amor ao próximo.

De todo modo, na *terra brasilis* a priorização dos direitos humanos e uma oposição ao regime só ocorreu na segunda metade dos anos 70, quando as perseguições à Igreja

⁶¹ *Ibidem*, p. 415.

deixaram de marcar apenas alguns quadros, como o já citado dom Hélder. Refere-se aqui à invasão da sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades), localizada no Rio de Janeiro, com o fim primeiro de encontrar documentos que acusassem seus membros de subversão. Após, os soldados ainda prenderam dom Aloísio Lorscheider, sem apresentar motivos que o justificassem, posto a posição moderada do clérigo, mantendo-o incomunicável por quatro horas. O caso movimentou a comunidade católica, inclusive sendo noticiada na Rádio Vaticano, manifestação incomum por parte da instituição, e impeliu até a ala mais conservadora a se pronunciar contra o ato através de uma correspondência particular ao ditador Emílio Garrastazu Médici, escrita por dom Agnelo Rossi, dom Vicente Scherer, dom Jaime Câmara, dom Eugênio Sales e dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta⁶².

Convém apontar que a revisão do apoio ao regime foi marcada pela ênfase na pauta dos direitos humanos, utilizada para basear as denúncias das torturas e perseguições desmedidas levadas a cabo pela ditadura. Neste sentido, alguns nomes passam a ganhar destaque no movimento, como o famoso dom Paulo Evaristo Arns, bispo e arcebispo de São Paulo durante o decênio 1960-1970. Porém, é novamente dom Hélder Câmara que se destaca no movimento.

O bispo de Olinda e Recife ficou internacionalmente conhecido pelas denúncias que lhe renderam acusações de subversão e ameaças de prisão, nunca concretizadas. Em contrapartida, ao não se deter em publicizar parte das mazelas brasileiras, desmascaram-se os pilares autoritários que sustentavam a dita democracia comandada por militares, movidos pelo esforço de amparar suas ações em Atos Institucionais que concediam um tom legalista ao regime, em contraste com as reais arbitrariedades.

Postos esses elementos, deve-se pontuar que não se pretende aqui atrelar os acontecimentos de forma causal, como se pudéssemos vislumbrar uma corrente de acontecimentos que conduzisse a um movimento linear do processo histórico da Igreja. Pelo contrário, pode-se perceber que por mais contido que fosse em uma sequência temporal, as controvérsias das instituições são afluentes e exibem suas contradições, porém sem negligenciar que as ideias circulantes na Igreja não devem ser desvinculadas

⁶² GOMES, 2014, p.54.

de suas ações. Elas caminham juntas, sem uma ser causa da outra. Deste modo, cabe citar Michel de Certeau, que ao refletir sobre a instituição histórica aponta:

É um mesmo movimento que organiza a sociedade e as ideias que nela circulam. Ele se distribui em regimes de manifestações (econômica, social, científica etc.) que constituem, entre eles, funções imbricadas, porém, diferenciadas, das quais nenhuma é a realidade ou a causa das outras. Desta maneira, os sistemas socioeconômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar.⁶³

Portanto, os clérigos alinhados com uma forma de pensar atrelada à questão social - e vice-versa, ou seja, os alinhados com uma postura conservadora - não devem ser entendidos como dissonantes, ambos são parte da instituição e representam suas contradições internas.

Por fim, pode-se entender que a ênfase sobre as questões sociais e, por conseguinte, sobre a justiça social não foram espontâneas após o Concílio Vaticano II ou ao segundo encontro da CELAM, proposição esta que nos leva a refletir sobre a natureza processual das mudanças. Desta forma, faz-se mister analisar a Igreja de forma histórica, considerando o contexto no qual se insere, aqui sob o recorte dos anos 60, e em fuga às perspectivas hipostasiadas, que recaem em um anacronismo superficial.

3.2. A chegada dos Franciscanos em Bacabal e a formação da Diocese

Após passarmos pela análise do envolvimento da Igreja Católica, entendida como uma instituição múltipla, segmentada e hierárquica, cabe agora destacar as questões relativas aos bispos diretamente envolvidos no conflito. Neste sentido, vale reforçar que as decisões relativas à atuação dos clérigos passam por discussões baseadas não apenas em questões religiosas, mas também relativas aos aspectos sociais imbricados nas ações.

Posto isto, o interior do Maranhão, durante os anos 50, foi foco de políticas que estimulavam a ocupação do Médio Mearim, pintado no imaginário social como um verdadeiro *eldorado*⁶⁴, muito em razão da disponibilidade de terras férteis e clima agradável, com chuvas sazonais. Com a formação destes conglomerados populacionais,

⁶³ CERTEAU, 1962, p. 61.

⁶⁴ FERREIRA, 2019.

o local se torna um terreno fértil não apenas para o estabelecimento da produção agropecuária, mas também para novas práticas sociais, fomentadas tanto pelos elementos culturais dos retirantes, quanto pelos “sincretismos” oriundos dos encontros.

Em paralelo a essa conjuntura local, o Brasil passa a atrair a atenção da Província Franciscana Saxônia de Santa Cruz, da Alemanha, que passava por uma crise em sua última missão, realizada na China. Segundo Eurico Löher, que se vale das “Mitteilungen”⁶⁵ para ter acesso às correspondências trocadas entre os clérigos envolvidos nas negociações para a transferência ao Brasil, 14 dos bispos em Missão na China, ainda em 1950, retornam à Alemanha, uns por motivos de saúde, outros por serem impedidos de atuar pelo regime comunista. Depois, o restante dos bispos que permaneceram na China foram apreendidos ou deixados em prisão domiciliar, até decidirem pelo fim da Província Franciscana no país e abrir a discussão para eleger um novo destino⁶⁶.

Assim iniciam-se as negociações para ter o Brasil como destino para uma nova Missão e observam no Maranhão uma oportunidade, em razão de uma já realizada solicitação de dom Adalberto Accioli Sobral, arcebispo de São Luís entre 1947 e 1951, a fim de reatar as tradições franciscanas na região. A chegada na capital do Maranhão, São Luís, como era de se esperar, foi permeada por dificuldades de adaptação. Para além das questões relativas à infraestrutura, que não correspondiam às promessas da arquidiocese de São Luís, Fr. Américo Gördes reclama da dificuldade de relação com os próprios fiéis, descritos como pouco participativos nos ritos, pois cantavam e rezavam pouco. O apontamento leva Dayane Lima a concluir que a contestação faz parte da percepção da insuficiência de missionários no Brasil⁶⁷.

O período em São Luís, no entanto, tinha um caráter provisório, posto que a Província pretendia, na verdade, ocupar o interior, principalmente as cidades pequenas de difícil acesso. Surge, então, a sugestão de frei Teodoro Scholand, um dos pioneiros, para se instalarem em Bacabal, localizado no Médio Mearim. Aqui se torna oportuno recuperar

⁶⁵ Os documentos eram: “edição mensal ou bimestral de comunicações internas da Província da Saxônia”. (LÖHER, 2009, p. 7)

⁶⁶ LÖHER, 2009, p. 13.

⁶⁷ LIMA, 2018, p. 57-8.

a janela das migrações que tornaram a região um crescente destino e, por consequência, a formação de um centro populacional maior no interior do Maranhão.

Como já mencionado, os povoamentos carregam consigo a capacidade de germinar novas práticas sociais, que são percebidas com receio pelo bispo missionário mencionado, que em uma carta destinada à Província da Saxônia comenta acerca do avanço do protestantismo. O argumento, no entanto, não é suficiente para adquirir o total apoio da Província-Mãe, que apresenta ressalvas ao avanço rápido em um local desconhecido⁶⁸. De todo modo, mesmo sem o pronto apoio da Província, frei Teodoro Scholand e frei Celso Schollmeyer chegam a Bacabal em 1953, reatando os laços franciscanos no Maranhão⁶⁹.

3.3. “Ide e ensinai”: Dom Pascásio Rettler e a Fraternidade São José

Não cabe aqui nos alongarmos em toda a história dos franciscanos em Bacabal ou em outras regiões do Maranhão e Piauí, locais eleitos para a Missão, posto que, para o recorte priorizado no trabalho, cabe nos determos na atuação de dom Pascásio Rettler, primeiro bispo de Bacabal e o quinto do Maranhão, para depois guiarmos a atenção à Fraternidade São José, em Lago da Pedra, reservada à atuação dos outros dois clérigos citados no dossiê do SNI, Godofredo Bamerciki e Heriberto Rembecki.

Dom Pascásio Rettler nasceu na Alemanha, na cidade de Castrop-Rauxel, pertencente ao estado de Renânia do Norte-Vestefália, no ano de 1915. De família cristã, os pais se dedicaram a ofertar uma educação baseada nos mesmos preceitos aos filhos. Durante este período de formação, ocorreu o contato inicial com os franciscanos, ainda na juventude, quando realizou sua formação e foi enviado ao Brasil em 1935. No país em que futuramente se naturalizaria, o clérigo, antes de chegar ao Maranhão, passa por Santa

⁶⁸ Na obra de Frei Eurico Löher, OFM (2009) traz-se na íntegra algumas cartas enviadas à Província da Saxônia, nas quais comenta-se acerca do receio do P. Provincial Dietmar com a ideia apresentada pelo Fr. Teodoro Scholand. E uma das respostas encaminhadas ao missionário lê-se: "Em princípio, não somos contra, mas advertimos por motivos diversos para avançar muito devagar: melhor com muitos frades num local e em determinado momento todos saírem para o serviço do que com dois frades ou até com um frade só num lugar fixo." (Carta de 09.04.1953 encaminhada ao Frei Teodoro, disponível no Arquivo Provincial de Werl. In. LÖHER, 2009, p. 25)

⁶⁹ LÖHER, 2009.

Catarina e Rio de Janeiro, regiões onde termina sua formação e adquire o título de “Frei Pascásio”, título com que, mesmo após receber o título de bispo, gostava de se apresentar.

Em edição especial do boletim informativo da Diocese de Bacabal, *Voz da Esperança*,⁷⁰ aponta-se que a Diocese de Bacabal fora criada em 22 de junho de 1968, designando-se Frei Pascásio Rettler a assumir o cargo de bispo. Aponta-se o entusiasmo com o qual o clérigo foi recebido na região, adotando como lema “Ide e ensinai”, seguida por uma jornada marcada pela defesa dos pobres e dos lavradores, a fim de recuperar os preceitos do Concílio Vaticano II por meio da atuação em conflitos como os de Lago da Pedra, Aldeia e Pau-Santo.

De todo modo, como todo trabalho com fontes históricas, requer-se realizar um exercício crítico, ainda mais ao considerar que a revista mencionada é produzida dentro de um círculo católico e tem como objetivo homenagear o bispo. Neste sentido, percebe-se que há um esforço em construir sua imagem de forma santificada. A dedicação plena aos menos favorecidos deu-se até os últimos dias, segundo a revista, pois mesmo já aposentado decidiu viver em um lar de pessoas acometidas com o Mal de Hansen, localizado em Pirapitingui, em Itu-SP. O período com estes enfermos é enfatizado durante todo o boletim, entendido como uma parcela importante na formação franciscana, em razão do envolvimento com os hansenianos marcar o início da trajetória do próprio São Francisco.

Decerto, vale ainda precisar que, para além da ênfase no envolvimento com essas pessoas consideradas menos favorecidas, vítimas de pobreza e enfermidades, em uma das seções do boletim, escrita por frei Heriberto Rembecki e intitulada: “Duas décadas de pastoreio”, Dom Pascásio é descrito como um “profeta”⁷¹ e acrescenta a ideia de uma Igreja vítima da repressão da ditadura militar, como ocorre por exemplo no trecho:

[...] Foi um momento duro e triste para a Igreja do Maranhão⁷². A Bíblia, a Palavra de Deus foi considerada subversiva e significava uma ameaça à Pátria. Dom Pascásio com mais doze bispos do Nordeste assinou o corajoso documento de análise e reflexão sobre a realidade: ‘Ouvi os Clamores do Meu

⁷⁰ RETTLER et. al., 2005.

⁷¹ No trecho aponta-se: "Com a força de um profeta, Dom Pascásio excomungou, em Paulo Ramos – MA, aos 16 de março de 1980, durante a missa de desagravo o delegado de polícia, o juiz da comarca, o fazendeiro e os pistoleiros responsáveis pela queima de casas do povo e da própria Igreja." (REMBECKI. In. RETTLER, 2005, p. 25)

⁷² Neste momento, o frei Heriberto se refere à ditadura militar brasileira iniciada em 1964.

Povo”. Os meios de Comunicação estavam todos sob o controle da Lei de Segurança Nacional. Pelo Brasil afora aconteceram barbaridades animalescas contra bispos, padres, religiosos (as), leigos (‘Brasil nunca mais’). Frei José foi intimado pelo DOPS do Maranhão em questão do conflito de terra em Três Poços (Lago do Junco). Os funcionários do DOPS o receberam dizendo: “Se não disser a verdade, vamos lhe arrancar as unhas”.⁷³

É certo que a década de 70 demarcou um período de abalo na relação entre a Igreja e o Estado, porém Paulo César Gomes⁷⁴ pondera que esta relação deve ser lida sob o prisma de que o regime militar não se opunha à instituição como um todo. A hostilidade era sim destinada a um grupo de clérigos brasileiros ou residentes no Brasil que se relacionavam com pautas como a defesa dos direitos humanos e a questão da anistia, e não à Bíblia ou a Palavra de Deus.

Ademais, o bispo permaneceu na Diocese até 1990, quando completou 75 anos e se aposentou, após colocar em curso projetos direcionados à defesa da terra, saúde e educação, contando com a ajuda da Ação dos Cristãos no Meio Rural⁷⁵ e da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷⁶, a fim de auxiliar os lavradores vítimas dos avanços implacáveis de uma política desenvolvimentista de ocupação das terras. Dentre esses projetos, decerto, a Assistência Jurídica aos Lavradores (AJULAV) tem um destaque por se relacionar diretamente à questão rural.

A organização era representada pelos advogados que assinam a defesa dos lavradores mencionados no relatório da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão direcionado ao SNI, João Batista de Macedo Sandes e Conceição de Maria Carvalho de

⁷³ REMBECKI, 2005, p. 24.

⁷⁴ GOMES, 2014.

⁷⁵ A ACR foi idealizada por um padre francês, o Pe. José Servat, ainda durante a ditadura militar, a fim de auxiliar os trabalhadores rurais expulsos de suas terras. Instalada primeiro em Pernambuco, a organização foi levada pelo frei Godofredo Bamerciki, que ao chegar em terras maranhenses foi associada à Casa do Lavrador. Não obstante, os anos de atuação da organização promoveram curso de formação e disseminação de um catecismo, por ser baseado nos preceitos bíblicos, acerca da condição social das vítimas dos conflitos. (LIMA, 2018, 144-6)

⁷⁶ A Comissão Pastoral da Terra foi fundada oficialmente em 1975, após a Assembleia da CNBB realizada em 1973. Na ocasião, Dom Pedro Casaldáliga convocou ao debate os bispos da Amazônia, que há muito lidavam com a política desenvolvimentista em curso na região, atrelada à perspectiva da Ditadura Militar, que considerava a terra destinada aos negócios, e não ao seu uso social, provocando violentos conflitos entre pequenos proprietários de terra - posseiros - e grandes fazendeiros apoiados pelo governo. (OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. In. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-pastoral-da-terra-cpt>>. Acesso realizado em 6 set de 2022.

Andrade, financiados pela MISEREOR, uma organização católica de origem alemã. O braço da Diocese de Bacabal tinha por objetivo auxiliar os lavradores de forma jurídica, pois após tentativa de organizar a questão da terra no âmbito estadual, através da Lei nº 2979/69 - conhecida de forma pejorativa como Lei de Terras Sarney - colocou-se em curso a protocolização de Ações Discriminatórias⁷⁷, que buscavam diferenciar as terras de uso social, que seriam reconhecidas através do direito de usucapião, e as pertencentes ao Estado.

Ainda sobre a AJULAV, inicialmente Sandes auxiliava apenas de forma esporádica a Diocese, porém a partir de 1980, quando surge a organização, ele foi contratado de forma oficial. O contrato, no entanto, representava uma ruptura para a carreira do advogado, que já era renomado em São Luís. Porém, a decisão de defender os lavradores seria recebida de má forma pelas classes mais abastadas. Desta maneira, selado o contrato, toda segunda-feira recebiam-se processos novos na Portaria do Convento de Bacabal, embora com requisito de serem entregues por um vigário⁷⁸. Este requisito chama a atenção para reforçar que a atuação da Igreja nos conflitos se dava como porta-voz das violências, embora aqui seja evidente que há uma postura quase que paternal para com os posseiros.

Ao expandir as zonas de atuação, logo em 1952 os franciscanos já se faziam presentes na região do conflito estudado, Lago da Pedra, localizada a cerca de 60 km de Bacabal. De toda sorte, frei Eurico Löher, OFM (Ordem dos Franciscanos Menores), aponta que as condições de instalação eram muito precárias, pois a construção de uma paróquia e de uma Casa Paroquial só ocorreu passados 8 anos da presença na região, a fim de atender os párocos. Neste contexto é interessante notar que nos próprios relatos havia um *quê* de hostilidade perante o local de atuação, cuja instalação deu-se conforme o aumento da população na região. Em uma das comunicações, pode-se ler a seguinte manifestação:

⁷⁷ As Ações Discriminatórias são utilizadas para distinguir as terras devolutas e as sob o aporte privado, destinadas aos usos sociais.

⁷⁸ LÖHER, 2009, p. 385-6.

(1973) O Capítulo Provincial modificou a composição de nossa equipe. Frei Lucas⁷⁹ recebeu no dia 7 de outubro uma homenagem extraordinária pelo povo na sua despedida. Devemos muito da edificação da Paróquia e de nossa vida comunitária a ele. Deus recompense os nove anos que ele dedicou ao Reino de Deus neste fim do mundo.⁸⁰

Destarte, o tratamento designado ao local contrasta com a empreitada inicial dos missionários de adentrar regiões ermas no interior do Maranhão, que decerto implicaria em dificuldades oriundas da adaptação em locais que ainda passavam por uma precária urbanização.

De todo modo, as próprias instalações que futuramente se tornaram a Fraternidade São José foram fruto de um processo gradual. Inicialmente os missionários não tinham terras próprias, ficando dependentes de instalações improvisadas. A situação precária só é revertida quando posteriormente adquirem um terreno onde foi construído a paróquia e a Casa Paroquial, que passa a ganhar uma importância regional para o acolhimento das vítimas dos violentos conflitos presenciados nos anos 1970 e, principalmente, 1980⁸¹.

Assim, com a saída do Frei Lucas, assume o frei Heriberto Rembecki, cuja responsabilidade se destinava a realizar a missa das sete horas da noite, e frei Godofredo Bamerciki, a cargo dos trabalhos pastorais e administrativos. Os freis, que eram próximos a Dom Pascásio Rettler, concordavam com os propósitos do bispo na região da Diocese. Por isso, logo se envolveram com os conflitos rurais, que, como visto, contavam com a participação de W.J.. O apoio às vítimas logo surte efeito e abala a relação com o líder político local, refletindo nas acusações como as observadas no dossiê, em que são considerados os responsáveis por induzir os lavradores a agir de forma violenta.

As acusações não se limitaram às observadas na fonte, no mesmo ano, em 1981, a reação de W.J. resultou na elaboração de uma denúncia assinada por representantes e aliados da comunidade católica da região, como as CEBs, órgãos da Diocese de Bacabal e a Legião de Maria. No documento de natureza jurídica relata-se que o líder político levava em curso a coleta de assinaturas reivindicando às autoridades a retirada dos clérigos do município ou até mesmo a expulsão do país. No entanto, para conseguir o

⁷⁹ Frei Lucas Brägelmann compôs a primeira fraternidade informal de Lago da Pedra, junto ao Frei Heitkämper, em 1970, quando foi eleito frade superior. (LÖHER, 2009)

⁸⁰ LÖHER, 2009, p. 121.

⁸¹ LÖHER, 2009, p. 120-1.

maior número de assinaturas para o abaixo-assinado foram utilizadas epígrafes falaciosas como, por exemplo, levantar o número de moradores da cidade e ser uma petição contra a circulação de revistas pornográficas⁸².

Faz-se mister acrescentar, ainda, que a relação conflituosa entre os franciscanos e a elite política associada a W.J. não se limitou aos frades. Segundo Löher (2009), em 1969 chegou à região a Congregação das Irmãs Franciscanas da Adoração Perpétua, representada pela Irmã Lidu Hilbers e pela Irmã Maria Goretti Fuchs, que se mudaram para realizar o serviço de parteiras, por isso foram instaladas no Posto de Saúde da Prefeitura. O local, no entanto, fora cedido por Mundico Neres Bandeira, opositor da então prefeita, esposa do líder político. Por esta razão, as irmãs foram expulsas da posição e acabaram realizando os atendimentos na própria Casa Paroquial, atendendo uma demanda da parcela populacional menos abastada e residente das zonas rurais e periféricas⁸³.

Portanto, a formação da Diocese de Bacabal foi elementar para entender o desenrolar dos conflitos, que foram marcados pela ação truculenta de líderes políticos e proprietários rurais. De toda forma, o reconhecimento da importância da atuação da Igreja, que auxiliou para a publicização dos ocorridos e para resolvê-los por meio formais, como sob a intervenção do poder Executivo e do Judiciário, não devem pressupor uma ação sem intenções pastorais e de expansão da fé católica.

Faz parte da atuação católica esse desejo universal e de se fazer presente em todos os lugares, não inibida nem mesma nas Ordens como a franciscana, que visa a vida dedicada aos menos favorecidos, mantida através da mendicância e pela atuação missionária, embora ainda assim representando a Igreja Católica.

⁸² MA-0338-0527-00016-ALTO ALEGRE E LAGO DA CABAÇA.

⁸³ LÖHER, 2009, p. 122-3.

CAPÍTULO 4: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E OS CONFLITOS RURAIS

Este último capítulo tratará do plano contextual que permeava os conflitos tratados ao longo do trabalho monográfico, ou seja, a ditadura militar brasileira, em voga entre os anos de 1964 e 1985. De toda forma, apesar de reconhecer-se a importância de retomar ao tema para impulsionar a fomentação de uma memória histórica acerca das atrocidades cometidas durante o período, o foco aqui será no que se refere aos debates e às disputas acerca da reforma agrária, uma questão presente no espectro político desde os anos 1955, com Juscelino Kubistchek⁸⁴, embora tenha ganhado um maior folego ao longo dos breves anos em que João Goulart esteve no poder. Por isso justifica-se o recuo para antes de 1964 que será realizado, para só assim entrarmos nos anos iniciais da ditadura militar, a fim de tratar do Estatuto da Terra, e finalizar ao retornar ao Maranhão, debruçando-se para entender a política fundaria no estado.

4.1. Nos antecedentes, um debate germina

Muito se sabe que a transição da vacância deixada por Jânio Quadros para a legítima posse de João Goulart não foi um processo simples e orgânico, posta a oposição de grupos políticos que observavam na figura do então vice-presidente a aura do comunismo e o legado político de Getúlio Vargas. A posse, realizada depois de um conturbado processo, impele o novo presidente a colocar como agenda política a realização de reformas de base, que contemplava a agrária entre as prioridades, ao lado da fiscal, embora enfrentasse resistência no Congresso loteado por ruralistas.

Assim, requer-se um recuo no tempo até o pré-golpe de 1964, a fim de encontrar no contexto a permanência da questão rural não como uma questão nas adjacências do regime ditatorial, mas sim uma pauta elencada entre as preocupações primordiais.

Deste modo, a já referida ocupação da presidência por Goulart, ou Jango, como ficou popularmente conhecido, passou por um processo no qual apresentou-se como hipótese o perigo comunista, amparado tanto pela proximidade do político com países comunistas, como a China, mas também pela atmosfera bipolar proporcionada pela

⁸⁴ BANDEIRA, 1978.

Guerra Fria. O reflexo dos receios recai na posição perante a possibilidade de posse dos três ministros militares: General Odílio Denys, Brigadeiro Moss e o Almirante Sílvio Heck, respectivamente ministros da Guerra, Aeronáutica e Marinha até a formalização da posse de Castelo Branco⁸⁵.

A oposição, apesar de não conseguir impedir a chegada de Jango à cadeira de Presidente, conseguem podar os poderes do chefe do executivo através da aprovação de um regime Parlamentarista, que transferia ao Congresso Nacional a centralidade da tomada de decisões.

Em posse do cargo, porém com os poderes contidos, Jango deu início ao seu governo, lidando com um gabinete parlamentar moderado que designou aos ministérios nomes que auxiliariam na estabilidade do governo, oriundos do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cujo líder político era o próprio presidente. Além disso, destinou-se a importante pasta do Ministério da Guerra ao General João de Segadas Viana, que auxiliou na mediação do impasse entre pró-legalistas e anti-Jango.

Além disso, a fim de acenar para os conservadores e classe-média, o presidente estreitou as relações diplomáticas com os Estados Unidos, manifestando oposição ao regime socialista cubano, a fim de criar confiança no Fundo Monetário Internacional (FMI), que ainda estava pessimista perante a figura do novo presidente. Por outro lado, movido pela necessidade de acenar para a esquerda e sair das amarras que o parlamentarismo representava para o mandato, Goulart percebeu no início do debate das reformas de base uma oportunidade para ganhar um protagonismo nacional. Dentre elas, a reforma agrária, que era uma pauta de destaque, porém delicada, pois teria de enfrentar a oposição dos parlamentares do PSD e da UDN, em grande parte ruralistas.

Ao colocar em curso o novo projeto, o presidente passou a adotar um novo discurso, que apesar de defender pautas moderadas, adotava um tom radical, atizando o alerta do exército e dos políticos alinhados com as posições de direita. O período ainda foi atravessado por um aumento da inflação, que significavam a instabilidade do governo, demarcando o início de saques a armazéns e greves de setores essenciais, como foi o caso

⁸⁵ SKIDMORE, 1984.

dos transportes. O momento, no entanto, foi oportuno para reivindicar a necessidade de ter plenos poderes para governar e controlar a situação.

Através de um plebiscito, o regime presidencialista volta a reger o país e garante a Jango o tão almejado cargo de presidente com plenos poderes. O processo de votação ainda foi atravessado pelas eleições municipais, que trouxeram à baila o início de uma radicalização da política, na qual um lado era composto pela chamada "Frente Patriótica", que reunia personalidades anti-varguistas e, por consequência, anti-Jango. Do outro, encontravam-se os movimentos à esquerda, como por exemplo o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), maior coligação de representação sindical à época, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as ligas camponesas⁸⁶, que tinham como líder o advogado Francisco Julião.

Ao tratar das ligas camponesas, o ano de 1961 foi particularmente importante para a atuação e repercussão da organização, projetando-se internacionalmente. No ano, o líder Francisco Julião e mais um grande grupo de camponeses embarcaram em uma viagem a Cuba, que havia passado pelo processo revolucionário dois anos antes, a fim de comemorar o 1º de maio. Depois, ocorreu um Congresso Nacional de Camponeses em Belo Horizonte, engendrando a ira dos especuladores de terra e o agravamento dos conflitos rurais⁸⁷.

De toda forma, de volta à questão do plebiscito, o processo pode ser lido tanto como uma demonstração dos anseios da sociedade, mas sobretudo dá indícios da popularidade de Goulart à época, que logo começa a ser testada pela crescente inflação, o desabastecimento dos mercados e a contenção de créditos e salários, reflexo do Plano Trienal⁸⁸.

De posse dos plenos poderes de presidente, a fim de firmar alianças, Jango começa a organizar o grupo de ministros que dariam sequência a seus planos. Retoma-se assim o

⁸⁶ As Ligas Camponesas surgiram em Pernambuco e centraram sua atuação entre os anos de 1955 e 1964, quando instaurou-se a ditadura militar através do golpe de 1964. A organização refletia o início de intensos conflitos rurais em interior do país, expandindo-se para os estados de Goiás, Rio de Janeiro e de estados do Nordeste. Para mais, ler o verbete "Ligas Camponesas", escrito por Aspásia Camargo, publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, disponível no sítio: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/ligas-camponesas>>. Acesso realizado em: 18 set de 2022.

⁸⁷ SKIDMORE, 1984, p. 279.

⁸⁸ FERREIRA; GOMES, 2014.

debate das reformas de base, que causavam insatisfações tanto entre a direita e a parcela mais abastada da sociedade, que observavam na execução um potencial risco para seus privilégios; quanto entre a esquerda, que desaprovava o caráter conciliador das reformas.

Apesar disso, a concentração do debate na necessidade de reformas estruturais para a sociedade brasileira continua a fazer parte da gramática política de Goulart, em especial a agrária e fiscal. Um dos pontos da primeira já provocava temor nos latifundiários, que se sentiam ameaçados pela possibilidade de ter suas vantagens questionadas.

Assim, a aproximação com os trabalhadores rurais representava uma possibilidade de reversão da derrocada da popularidade, dados os sinais após a aprovação no Congresso, no ano de 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural. A legislação estendia ao meio rural direitos há muito conhecidos pelos trabalhadores urbanos, como férias remuneradas, descanso semanal e salário mínimo. Além disso, junto com a Superintendência de Políticas Agrárias (SUPRA), aprovada em ainda 1962, o presidente tinha uma porta de entrada para o setor agrário, cabendo considerar que a organização deu suporte para a organização de sindicatos de trabalhadores rurais e, por consequência, demonstrou que os trabalhadores passaram a se organizar⁸⁹. Estes processos contribuem para tornar os trabalhadores do campo como atores políticos, inserindo-os nas disputas por parte dos políticos e dos grandes fazendeiros, que tinham poder de decisão no meio rural.

Em decorrências dessa percepção, a reforma agrária foi incluída no Plano Trienal⁹⁰, de 1962, desenvolvido pelos Ministros San Tiago Dantas e Celso Furtado, respectivamente nomeados às pastas da Fazenda e Planejamento. Tal plano traçava uma linha de desenvolvimento do país desde o fim da Grande Guerra e os porquês de o país estar chegando aos limites da inflação tolerável e a incapacidade de desenvolvimento. Com isso, propunha-se um programa destinado a conter a inflação e a recuperação do crescimento econômico no país. Ao incluir a dita reforma agrária, o presidente deparava-se com o inciso 16 do Artigo 141 da Constituição de 1946⁹¹ que previa a indenização da expropriação em dinheiro e apresentou como alternativa o pagamento em apólices do governo.

⁸⁹ FERREIRA; GOMES, 2014.

⁹⁰ Ver: Plano trienal de desenvolvimento econômico e social 1963-1965, Síntese, Brasília, Presidência da República, 1962.

⁹¹ BRASIL. Constituição (1946). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1946.

A questão, que exigia uma reforma constitucional para ser revista, foi tratada com uma proposta de uma Emenda Constitucional. Assim, estabelecia-se um debate acerca das indenizações às desapropriações, sendo este um ponto central das negociações com o PSD, elementar para qualquer reforma que pretendia ser aprovada no Congresso. Goulart, frente à questão, desejava que este pagamento fosse realizado através de apólices de dívida do governo, com reajuste anual de 10%, e uma ideia de "arrendamento compulsório", na qual os proprietários seriam obrigados a arrendar as terras por um período de transição, até o governo ter condições de desapropriar. O PSD, no entanto, era contrário à porcentagem, desejando que fosse integral, e contra o "arrendamento compulsório".

Dada a proposta, os partidos decidiram se unir para debater as condições, unindo parlamentares do PSD, UDN, PDC, PTB e PSP (respectivamente: Partido Social Democrata, União Democrática Nacional, Partido Democrata Cristão, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Progressista). Após a reunião, a UDN logo encabeça a oposição, exigindo o respeito à Constituição, pois contrariava o direito à propriedade previsto no artigo 141. Por fim, o projeto de Goulart não foi aprovado, porém seria um equívoco supor que o debate havia acabado. A UDN então retoma uma proposta de reforma agrária proposta por Milton Campos. Aqui, o tom adotado é moderado, visto que ao respeitar a Constituição, previa a indenização em dinheiro, porém correspondendo ao valor tributário e não o de mercado. Vale mencionar que aqui a desapropriação é prevista, desde que corresponda a um interesse social⁹².

A ofensiva da UDN impele Goulart a realizar uma reforma ministerial, a fim de se aproximar do PSD e assim conquistar o apoio necessário para levar adiante uma reforma agrária dentro do Congresso. Apesar dos esforços, o PSD toma para si a empreitada de propor uma reforma agrária, na qual estabelecia os próprios parâmetros de terra improdutiva, considerando apenas aquelas em que mais de 50% não era utilizada para produção, e ainda mantinha a proposta de indenizar os desapropriados através de apólices do governo, porém com reajuste no pagamento anual de 30-50%.

Evidentemente, a proposta não alcançava os níveis de radicalidade previsto pelo PTB, porém era suficiente para confrontar no Congresso a proposta da UDN. Contudo, um imprevisto colocou em jogo a última esperança de Goulart para recuperar a

⁹² FERREIRA; CASTRO, 2014, p. 160.

popularidade, seu próprio partido não seguiu o acordo de apoiar o PSD e condenou a proposta como uma forma de institucionalizar o latifúndio. Portanto, percebe-se que a incapacidade de realizar acordos no Congresso minaram o governo de Goulart, pois na sociedade havia um amplo apoio à reforma agrária⁹³.

Junto à crise institucional junta-se o famoso discurso proferido por Jango na Central do Brasil em março de 1964. Na calorosa fala, o presidente inflamou a plateia permeada por entidades de esquerda com a defesa das reformas de base. Apesar da aproximação com os setores mais à esquerda da sociedade, o evento foi suficiente para aprofundar as oposições já instaladas nas sociedades quanto à figura do presidente e o que ela representava. Portanto, ao pensar o complô organizado entre setores da sociedade civil e o Exército, não se deve atrelar o golpe de 1 de abril de 1964 a apenas um destes elementos, pois ele encontra-se localizado em um processo permeado por aspectos como a crise econômica, a perda de popularidade do presidente, a incapacidade de articular alianças forte e um contexto global que instigava uma posição anticomunista.

4.2. Depois do golpe, a reforma agrária em prática

Com o golpe estabelecido, iniciava-se o que se imaginava ser um curto período para reorganizar o país, para assim convocar novas eleições. Talvez este de fato fosse o objetivo do primeiro general-presidente, Humberto Castelo Branco, conhecido nos quartéis como um intelectual de posições moderadas. Porém, tratando-se de política, sabe-se que as decisões dificilmente são tomadas apenas pela vontade pessoal dos mandatários. De toda forma, o governo castelista presenciou a retomada do tratamento da reforma agrária, demonstrando como não se tratava de um projeto pessoal de João Goulart, mas sim uma questão central para o Brasil, não apenas para conter a inflamação dos conflitos no cenário rural, mas também para o desenvolvimento do país.

A palavra "desenvolvimento" tem aqui um papel central para entender as consequências no campo do projeto político dos militares. Com relação a isto, Dayse Araújo⁹⁴ chama atenção para o discurso de posse de Harry Truman como Presidente dos

⁹³ *Ibidem*, p. 166-7.

⁹⁴ ARAÚJO, Dayse. Pelo Bem-Viver: resistências e lutas por territórios no Maranhão contemporâneo. In. BERNAT, Isaac Giribet; FERREIRA, Marcia Milena Galdez; SOUSA, Wendell Emmanuel Brito de (Orgs.). *MARANHÃO: Campo e Cidade*. São Luís: Editora UEMA, 2019.

Estados Unidos, em 1949. A fala trouxe à baila uma nova categoria para se pensar a política externa: subdesenvolvimento, cujo referencial de "desenvolvido" estava ancorado nos países ao norte, induzindo à construção negativa do termo, pois, em síntese, subdesenvolvido é aquilo que o desenvolvido não é. Com isso, ao hipostasiar o termo, criou-se uma fixação global para alcançar estes países, sem colocar os novos parâmetros em questionamento ou questionar sua construção histórica, que em última análise desconsidera o passado de exploração que marcou os países ao Sul do globo.

Com o desenvolvimentismo no horizonte e o olhar voltado para cima, em direção aos Estados Unidos, o novo regime foi aconselhado pelos norte-americanos a colocar em curso a reforma agrária. Segundo Mario Grynspan⁹⁵, o governo norte-americano temia a possibilidade de entrar em curso um processo revolucionário como o de Cuba, movido por forças internas, por isso regulamentar e ter o controle do campo era essencial. A reforma aqui é tida como elementar para a estabilidade e controle social, vedando a possibilidade de conflitos. Com isso, decreta-se a Lei 4.504, conhecido como Estatuto da Terra, publicado ainda em 1964. O regimento tinha como objetivo a execução da reforma agrária e da política agrícola, porém era permeada pela ideia de produtividade da terra, a fim de explorar o solo para produzir riquezas ao país.

Para além disso, a Lei ainda previa o respeito às terras indígenas, embora conforme a ditadura militar enxergava o tratamento dos povos originários, através do regime tutelar; e da terra do pequeno agricultor, desde que a cultivasse. Depois, justifica-se a reforma com a necessidade de justiça social. Para além disso, como processo golpista não é capaz de romper totalmente com a conjuntura existente, ainda assim permanecia a questão do inciso 16 da Constituição de 1946, porém agora, com o avanço de uma prática autoritária, foi possível alterar o modo como a indenização seria realizada, através de apólices de dívidas do Estado.

A decisão, segundo Regina Bruno⁹⁶ provocava desafetos nos latifundiários, que se viam prejudicados com uma decisão que poderia vir a questionar o direito à propriedade da terra. A questão, no entanto, colidia com o fato de ter sido originada em um governo que ajudaram a tomar o poder.

⁹⁵ GRYSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 320.

⁹⁶ BRUNO, 1997.

De toda forma, percebe-se a continuidade dos preceitos que permeavam o debate acerca da reforma, através da repetição de pautas comumente ligadas às reivindicações da esquerda, em razão de que a ruptura do *status quo* não significa o fim das questões pretéritas. Depois, não se deve supor um mesmo tratamento das questões, visto que, ao tratar de reforma agrária, os objetivos fins e o entendimento da questão rural era atrelado à ideia de produtividade, avaliada conforme os benefícios refletidos positivamente na economia brasileira. Portanto, foram favorecidos os investimentos propostos por grandes empresas, tanto nacionais, quanto estrangeiras, cuja implicação resulta na formação de empresas rurais, com os lucros atrelados ao desenvolvimento.

Percebe-se, então, que o Estatuto da Terra não estava alinhado com as demandas dos próprios trabalhadores rurais, que não foram consultados para produzi-lo. Na verdade, ao analisar os elementos supracitados, o objetivo era desmobilizá-los, a fim de evitar organizações que poderiam resultar em conflitos que abalariam a desejada estabilidade governamental. Por este motivo, há uma preocupação do regime autoritário com sindicatos dos trabalhadores, tanto urbanos, quanto os rurais.

Neste sentido, a reforma agrária proposta pela instaurada ditadura militar, apesar de apresentar uma faceta reformista, alinhava-se muito mais a motivos políticos. Assim, a instrumentalização da pauta era agora traduzida, segundo Regina Bruno⁹⁷, como uma concepção da "revolução". Além disso, deve-se ponderar que apesar da reivindicação inicial ser a possibilidade de democratização da terra, por uma questão de justiça social, em seus interstícios favorecia a livre iniciativa, que ao fim privilegiava latifundiários e empresas, supostamente engajados com a modernização do campo. Por isso, as reformas de base, neste caso a reforma agrária, são apropriadas pelo primeiro governo militar sem pretender transformar a realidade histórica.

Portanto, ao incluir a reforma agrária dentro destas "concessões" há uma oportunidade para o regime militar ter um controle de uma pauta fortalecida no governo de Goulart como uma bandeira política, porém castrando este embrião que germinara o movimento social.

As organizações de trabalhadores há muito eram disputadas por comunistas e católicos, sendo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) hegemônico na mobilização dos trabalhadores. A partir de 1964, no entanto, a influência logo seria detida com a

⁹⁷ BRUNO, 1997.

perseguição dos líderes sindicais, implodindo a mobilização que colocara greves em curso. Ao minguar a influência comunista, abriu-se a possibilidade do chamado sindicalismo cristão dentro dos sindicatos rurais, inclusive na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), representando um braço da Ditadura Militar para conter as movimentações. Com isso, segundo Grynszpan⁹⁸, não se deve pressupor uma postura totalmente subserviente por parte dos sindicatos, mas sim um período no qual as ações se apegavam mais com a necessidade de resistência, do que de ataque. Para isso, valiam-se dos dispositivos legais como o Estatuto dos Trabalhadores Rurais e o Estatuto da Terra como forma de reivindicar os direitos contando com a atuação de advogados ligados aos sindicatos.

O cenário de possibilidades podadas só encontrará um ponto de inflexão em 1968, quando os filiados a Contag conseguem eleger um líder sindical da oposição, José Francisco da Silva. A mobilização da organização, elementar para as ações coordenadas dos trabalhadores do campo, ganham novos contornos com o novo líder, que incentivou a reorganização das forças, a retomada das lutas e a publicização das pautas reivindicadas pela organização sindical.

De volta às implicações do Estatuto da Terra, no ano seguinte à publicação, 1965, criaram-se dois órgãos a fim de operacionalizar a reforma, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). No entanto, a empreitada teve pouco êxito em tornar o acesso equitativo e de fato eficaz, por isso foram extintos em poucos anos. O ímpeto de organizar a zona rural só ganhou uma nova faceta sob o governo de Emílio Garrastazu Médici, que em 1970 criou o ainda existente Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

A ideia do Incra, como o nome denuncia, era colonizar regiões ermas e assim ter um maior controle dos territórios, o que explica as investidas sobre as regiões compreendidas no Norte do país e do Centro-Oeste. Em acréscimo a este objetivo, passou a ser massivo o investimento na modernização do setor agrário, coincidindo com o chamado "milagre" brasileiro. Vislumbrava-se então a chegada do desenvolvimento e a conexão entre regiões ermas do país, através da construção da Transamazônica e da formação de conglomerados industriais como a Zona Franca de Manaus. Por outro lado,

⁹⁸ Grynszpan, 2010.

para a parcela dos trabalhadores rurais, significou um período de conflitos permeados por violência e sangue.

Percebe-se, portanto, que a questão rural catalisou a atenção do governo militar, transferindo-a para um âmbito nacional. A mudança de localização também denuncia que a leitura da possibilidade de resolução não alinhada com a reivindicada pelos movimentos organizados anteriores ao golpe, pois há uma evidente instrumentalização política da causa. Por fim, cabe agora retornarmos ao Maranhão para entender a recepção e os impactos da ditadura militar na região.

4.3. De volta ao Maranhão

Ao tratar sobre a ditadura militar no Maranhão, deve-se considerar, trata-se de um tema ainda pouco debatido, crescente pela expansão dos programas de pós-graduação, que permitiram um aprofundamento sobre o tema sob diferentes óticas. A partir destes estudos, podem-se vislumbrar alguns aspectos, em especial a mudança na política estadual e a ascensão de José Sarney, que após a redemocratização alcança a cadeira de Presidente da República.

De antemão, deve-se considerar que a política do Maranhão de 1947 a 1964, ou seja, antes do golpe, foi coordenada por Vitorino Freire, que através da aproximação com importantes lideranças nacionais aumentou o poder de influência. Assim, em 1947 chegou o cargo de senador, após abandonar o posto de deputado federal, eleito em 1946, contando com o apoio de Eurico Gaspar Dutra⁹⁹.

Com a presença de Freire no cenário político maranhense estabeleceu-se uma era designada como "*vitorinismo*", refletindo justamente a importância do político no estado. Para tanto, vale ponderar, aproveitou-se da coligação PTB e PSD, que mesmo após a renúncia de Jânio Quadros, continua próximo à cúpula nacional. A posição, portanto, só é interrompida em 1964, pois frente ao predomínio do político surge José Sarney, figura local que se beneficiou do vitorinismo, porém no prelúdio das eleições para governador de 1965, abandona a UDN, até então a ela filiado, e se refugia em partidos que não tinham

⁹⁹ BORGES, Arleth Santos. Ditadura Militar no Maranhão. In: DIAS, José Alves; ALVES, Ana Elizabeth Santos. (Org.). Diálogos com a Memória: reflexões sobre as experiências contemporâneas na América Latina. 1 ed. Uberlândia: Navegando, 2020, p. 77-103.

destaque nem nacional, nem local: Partido Republicano (PR) e Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Com este cenário, durante as eleições indiretas para Presidente da República, Sarney apoia a candidatura de Humberto Castelo Branco, enquanto Vitorino Freire apoia a de Eurico Gaspar Dutra. Assim, o apoio possibilitou a aproximação de Sarney com os militares e em 1966 chegar ao cargo de governador do Maranhão, feito filmado por Glauber Rocha no curta-metragem *Maranhão 66*.

O discurso de posse foi permeado por promessas de uma nova era no Maranhão, designada como *Maranhão Novo*, no qual as riquezas naturais do estado seriam potencializadas e, portanto, acabaria com os males da miséria que assolavam a sociedade maranhense. É claro que a articulação oral do recém empossado governador pretendia mais anunciar a ruptura com o vitorinismo do que, de fato, promover profundas mudanças sociais. O discurso também não poderia prever que ali se iniciaria a formação de uma elite local que alçou seu poder até ao cargo máximo no poder Executivo.

De toda forma, ao retornar para a seara que este trabalho se debruça, a questão rural, também foi objeto de atenção para esta conjuntura local, quando Sarney apresenta um projeto de lei a fim de realizar a reforma agrária a nível local, a Lei 2.979 de 1969, uma lei de terras instituída a nível regional, pejorativamente nomeada como Lei de Terras Sarney pelos movimentos sociais.

Nas linhas da lei, aponta Amaral Neto¹⁰⁰, apresentava-se como parâmetro de utilização da terra quando a exploração se constituía através da agropecuária, extrativismo e indústria. Portanto, a delimitação excludente da agricultura familiar, por consequência, valoriza o crescente empresariado rural sedento pela compra de terras. A concentração de terras nas mãos destes acaba por implicar na formação de mais latifúndios, amparados em um dispositivo estatal que, se por um lado favorece este grupo, implica na perda de terras utilizadas por pequenos agricultores para cultivos sua subsistência.

Quanto a isto, na década anterior, nos anos 1950, como já mencionado, o Maranhão recebeu migrantes em busca de terras para se assentarem e conquistarem melhores condições de vida. Não obstante, de fato, a parte centro-oeste do estado foi ocupada e formou conglomerados urbanos que viriam a formar a microrregião conhecida como Médio Mearim, aproveitando-se da terra fértil disponível ali. O tempo de proeza, por

¹⁰⁰ AMARAL NETO, 2019.

outro lado, não demorou a constituir-se como um tempo de terror, pois a proposta de Sarney ao decretar a Lei de Terras ao valorizar os supostos baluartes da modernização do campo - empresários -, acaba por posicionar a legislação contra estas famílias recém alocadas.

Não obstante, para além da Lei de Terras, já em 1976, em esferas estatais, completa-se a institucionalização da grilagem, quando na Lei 6.383 determina a Lei das Ações Discriminatórias, cujo objetivo era distinguir quais terras pertenciam ao Estado. A comprovação, neste caso, era a posse das escrituras que reconhecessem legalmente a propriedade.

Apresentada a questão, os mencionados migrantes mencionados há pouco não tinham a preocupação centrada em buscar esses registros após a posse, aliás, a ocupação se dava através dos assentamentos. Assim, prevê-se qual estrato social saiu prejudicado da questão, cuja resolução pode ser vislumbrada através do conflito entre W.J. e os lavradores.

No dossiê consultado, os reflexos da Lei podem ser percebidos quando se verifica no Cartório Celso Coutinho a quem está nominada as terras em disputa na região de Alto Alegre e, mesmo que evidente a utilização das terras por 93 famílias na região, a palavra da lei mantém-se favorável ao fazendeiro¹⁰¹. Embora não se deva desconsiderar que há ainda uma disputa de forças no conflito, pois no relatório apresentado pela assistência jurídica ligada à Diocese de Bacabal argumenta-se haver uma ação possessória que requer o reconhecimento dos direitos dos lavradores¹⁰².

Portanto, ao visitar a análise destes mecanismos legais como o Estatuto da Terra e a Lei de Terras do Maranhão percebe-se como as bandeiras sociais, que requerem uma mudança nas estruturas históricas, foram instrumentalizadas pela ditadura militar e transliteradas para um instrumento político. Com isso, deve-se considerar que se percebe a persistência da reivindicação da reforma agrária atravessa o trauma do golpe, sendo lida como a possibilidade de modernização do campo, potencializando a produção para alinhar-se com o desenvolvimento do país. Apesar da ideia, os reflexos de uma política que não leva em consideração os aspectos sociais recaíram na produção de conflitos

¹⁰¹ BR-DFANBSB-V8.MIC, GNC.AAA.81021317 - Dossiê, p. 4.

¹⁰² *Ibidem*, p. 19.

violentos, cujas vítimas concentraram-se naqueles que tiveram as forças estatais como instrumento bélico.

CONCLUSÃO

Conforme observado, a Ditadura Militar brasileira foi um momento multifacetado da história brasileira, contando com mecanismos que visavam o controle social e a retomada da ordem, frente a um suposto avanço comunista. A realização destes objetivos, então, dependia de um sistema de informações eficiente, por isso a criação do Sistema Nacional de Informações.

Assim, através do dossiê produzido pelo órgão, aqui utilizado como fonte histórica principal, demonstra-se o modo como essas informações eram produzidas. Longe da imparcialidade, projetavam a ideologia do governo para avaliar a subversão dos investigados, neste caso o bispo Dom Pascásio Rettler e os freis Heriberto Rembecki e Godofredo Bamerciki. Contudo, apesar de ser uma oportunidade de acrescentar aos estudos acerca da Ditadura Militar, mais do que isso, a análise do caso permite perceber a importância da presença da Igreja Católica para a condução dos conflitos rurais e a relação com o projeto político nacional-desenvolvimentista, pautado no autoritarismo.

Em segunda ordem, foi possível perceber como são operacionalizadas as relações de poder no interior do país, nas quais a posição privilegiada de W.J. Ihe permitiu usufruir do poder político e econômico para avançar sobre os lavradores locais e questionar seu direito de posse. Assim, ao utilizar o poder público para atender demandas privadas, vale-se de policiais militares para cumprir o papel de jagunços, alastrando o sentimento de insegurança na sociedade, que fica desamparada quando os agentes de segurança pública são transformados em algozes.

Por último, os conflitos rurais ocorridos no Médio Mearim, ilustrado aqui através dos casos de Alto Alegre, Aldeia e Pau Santo, demonstram que a luta dos lavradores não era voltada apenas pelo direito à posse. Posto isso, em razão da ocupação realizada através dos movimentos migratórios, a instalação no solo iniciada três décadas antes, na década de 1950, resultou em violentos conflitos rurais, desmembrando os laços e trocas culturais formados dentro e fora do seio familiar. Portanto, tratou-se de uma luta pelo direito de *permanecer* e não para pleitear terras a serem ocupadas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

DOCUMENTOS PRIMÁRIOS

Arquivo Nacional

BR-DFANBSB-V8.MIC, GNC.AAA.81021317 - Dossiê

BR-DFANBSB-V8.MIC, GNC.QQQ.88004257 - Dossiê

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CALICCHIO, Vera. Atos Institucionais. In: Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.

Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. In: Centro De Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-pastoral-da-terra-cpt>> Acesso realizado em 6 set de 2022.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino Comissão Pastoral da Terra

MA-0338-0527-00016-ALTO ALEGRE E LAGO DA CABACA

MA-0338-0527-00001-ALTO ALEGRE E LAGO DA CABACA

Avulsos

RETTLER, Dom Pascásio et. al. *Voz da Esperança*: Boletim Informativo da Diocese de Bacabal-MA, Bacabal/MA, ano XIV, nº 60, p. 21 – 27 de janeiro, 2005.

LITERATURA SECUNDÁRIA

AMARAL NETO, Roberval. "LEI SARNEY DE TERRAS": conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. In: 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil. Recife: Anpuh, 2019. v. 01, p. 01 – 16.

ARENAS, Sandra. Conferências do Conselho Episcopal latino-americano (Celam). In. DIMORI, Geraldo (Org.). *Theologica Latinoamericana*: enciclopedia digital. Belo Horizonte: Theologica Latinoamericana, 2017. Disponível em:<http://theologicalatinoamericana.com/?p=1475>. Acesso em 25 de ago. 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961 - 1964*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. O Mundo Rural e os Conflitos Agrários no Maranhão: Entre Histórias e Memórias. In: BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. 2013. 266 f.. Tese (Doutorado em História) - Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

BERNAT, Isaac Giribet; FERREIRA, Marcia Milena Galdez; SOUSA, Wendell Emmanuel Brito de (Orgs.). *MARANHÃO: Campo e Cidade*. São Luís: Editora UEMA, 2019.

BORGES, Arleth Santos. Ditadura Militar no Maranhão. In: DIAS, José Alves; ALVES, Ana Elizabeth Santos. (Org.). *Diálogos com a Memória: reflexões sobre as experiências contemporâneas na América Latina*. 1ed. Uberlândia: Navegando, 2020, p. 77-103.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1946.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Síntese. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1962.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra. In: BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOMES, Paulo César. *Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: A Visão da Espionagem*. 1 ed.. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GRILL, I. G.; Lima, J.G. ; ARAGÃO, Elthon ; COSTA, D. S. D.. *Recursos sociais, mediação e alianças nas eleições municipais do Maranhão (2008)*. Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 40/n.2, p. 7-32, 2009.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *A luta pela reforma agrária*. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 154 - 167.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. *Do Alto Mearim ao Médio Mearim(MA) : de espaço de conquista a locus de fixação de migrantes nordestinos*. In: XXVII simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: 2013. p. 1-17.

LIMA, Dayane de Sousa. *Franciscanos e missão: atuação da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim (1970-1980)*. 2018. 210 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História / CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

LÖHER, Eurico. *Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007*. Teresina: Halley, 2009.

LÖWY, Michael. Cristianismo da Libertação e Marxismo: De 1960 a Nossos Dias. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 411 - 435.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 7 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.